Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

ANDRÉ LUIZ SABINO

Urbanização e turismo em Bertioga – o caso da Praia de Indaiá.

São Paulo
2007

ANDRÉ LUIZ SABINO

Urbanização e turismo em Bertioga – o caso da Praia de Indaiá.

Dissertação apresentada ao Departamento de
Geografia da Universidade de São Paulo
para obtenção do título de mestre em Geografia.
Área de concentração: Geografia Humana
Orientadora: Prof^a Dr^a Rita de Cássia Ariza da Cruz.

São Paulo

2007

Autorizo a reprodução e divulgação total e parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

DEDICATÓRIA

Ao Lucien, pelo companheirismo e a compreensão ao longo de toda a
realização desse trabalho.

A Rita, amiga carinhosa e séria orientadora.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, eternamente, a Rita. Pela amizade, que já dura mais de uma década. Pela seriedade como orientadora que, ao longo dos três anos do mestrado, tanto agregou à minha formação. E, o mais importante, por demonstrar, a partir do exemplo e da seriedade, que a pesquisa é sempre gratificante.

Aos moradores de Indaiá, com quem dialoguei em campo e descobri a Indaiá verdadeira, aquela pela qual me apaixonei.

Aos colegas de orientação: Fábio Molina, Carolina Todesco, Écio Ricci, Rodolfo das Chagas, Edna Martins, Fábio Braz e Ronaldo Ornelas que, como uma irmandade, caminhou por todo o tempo. Os olhares de cada um de vocês foi alimento para que até aqui chegasse. A Camila Orsi Trevisan e Adriano Rangel pelo auxílio no trabalho de campo.

Aos professores do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, na figura das Professoras Doutoras Maria Adélia Aparecida de Souza, Maria Laura Silveira, Mônica Arroyo e Rita de Cássia Ariza da Cruz, com quem fiz cursos de Pós-Graduação. Agradeço as contribuições valiosas das Professoras Doutoras Mônica Arroyo e Ana Fani Alessandri Carlos em meu exame de qualificação.

Aos meus irmãos Beth, Celso e Patrícia, que entenderam a minha distância física ao longo da jornada.

Não poderia deixar de agradecer aos técnicos das Secretarias Municipais de Habitação, Planejamento e Desenvolvimento Urbano e Turismo, Comércio e Assuntos Náuticos de Bertioga, que se dispuseram a me atender e me alimentar com dados fundamentais para minha análise.

RESUMO

O desafio ao longo dessa investigação foi o de encontrar nexos espaciais da atividade do turismo a partir de um estudo de caso.

Partimos da noção do espaço como um conjunto indissociável de objetos e de ações, buscamos apreender a produção do espaço em Bertioga e no loteamento Jardim Indaiá. Os objetos incorporados a este espaço, ao longo do tempo - funcionais ou refuncionalizados, nos permitiram cindir a totalidade, encontrando quais foram as principais variáveis que explicam a atual configuração espacial e, para isso, a noção de evento foi fundamental.

O turismo é por nós considerado como uma prática social e uma atividade produtiva, que pressupõe o consumo do espaço, que usa os sistemas de objetos existentes, bem como, não raras vezes, cria um novo, ancorado em um sistema de ações, existente ou a ser criado, no imbricado jogo de relações entre mercado, Estado e sociedade.

O estudo de Indaiá, um loteamento da praia da Enseada, no município de Bertioga, nos foi fundamental por permitir a análise do papel dos sujeitos sociais, os mais e os menos hegemônicos bem como os hegemonzados, incluindo nesta equação o espaço, o turismo, o capital imobiliário, o poder público e a sociedade.

ABSTRACT

The actual challenge regarding this investigation was to find spatial relationships of tourism activity based on a study of case.

We start from the notion of space as an unbreakable whole of objects and actions, searching to analyse Bertioga's (and particularly Jardim Indaiá) spatial production development through time. Objects added to this space during this process, maintaining their original functions or being submitted to a new one - allowed us to split totality, finding the main variables that explain the present spatial configuration. About this purpose, the notion of event was fundamental.

We consider tourism as a social practice and also a productive activity, that implies space consumption using existent object systems, frequently creating a new system and also, which is rooted in an existing or to be created actions system, in the entangled relationship performed by market, State and society. The study of Indaiá, a real state property development located in Enseada Beach (Bertioga County) was very important to allowing us to analyse the role of social subjects: the more, the less hegemonic, and the hegemonized too, including in this equation space, tourism, real state capital, public policy and society.

LISTA DE FIGURAS

01 - Indaiá – localização	02
02 - Bertioga – localização	16
03 - Bertioga – praias	17
04 - Esboço histórico e pitoresco da Bertioga	23
05 - Bertioga - uso e ocupação do solo - síntese	34
06 - Litoral paulista - rodovias	52
07 - Bertioga - loteamentos e condomínios	67
08 - Condomínio Hanga Roa	70
09 - Condomínio Bougainvillée	71
10 – Loteamento Indaiá	75
11 - Villa Indaya	78
12 - Indaiá - glebas I, II e III	81
13 - Indaiá - áreas públicas	84
14 - Rodovia Mogi - Bertioga	89
15 - Origem dos proprietários de imóveis	91
16 - Uso do imóvel	93
17 - Carências do loteamento Indaiá	94
18 - Favela – Indaiá	103

LISTA DE FOTOS

01 - Forte de São João da Barra	21
02 - Barcos da Cia. Santense de navegação	27
03 - Carros na praia - década de 1980	29
04 - Ponte sobre o rio Itapanhaú	35
05 - Riviera de São Lourenço	36
06 - Riviera de São Lourenço	37
07 - Placa localizada nos limites da Fazenda Acaraú	38
08 - Jardim Indaiá - Avenida Tomé de Souza	44
09 - Final da Rodovia Mogi-Bertioga	64
10 - Jardim Indaiá - glebas I, II e III - 1960	82
11 - Avenida Tomé de Souza	85
12 - Área de praças	86
13 - Avenida Lucas da Cruz Carvalho	95
14 - Rua São Francisco do Sul	96
15 - Reurbanização da Avenida Tomé de Souza	97
16 - Medidor de luz elétrica gradeado – Av. Lucas da Cruz Carvalho	98
17 - Conjunto habitacional Nedda I e II	104
18 – Projeto Nosso lar	106
19 - Requalificação de moradias	107
20 - Beco em Indaiá	108

LISTA DE TABELAS

01 - Municípios do litoral paulista. Crescimento populacional. 1991 / 2000 (%)	57
02 - Evolução da população residente na Região Metropolitana da Baixada Santista. 1970 / 2000	58
03 - Região Metropolitana da Baixada Santista: Domicílios particulares e de domicílios particulares de uso ocasional	61
04 - Bertioga - condomínios e loteamentos de grande porte	66
05 - Jardim Indaiá - áreas públicas	83
06 - Bertioga - levantamento de áreas de favelas	102

ANEXOS

01 – Questionário de campo.	120
-----------------------------	-----

SUMÁRIO

Introdução	01
Espaço e turismo: uma relação necessária	03
 Capítulo 1 - A produção do espaço em Bertioga	 12
Caracterização do município de Bertioga	15
Bertioga e sua história	18
Uso e ocupação do Solo em Bertioga	32
As normas e a organização do espaço para o turismo	40
 Capítulo 2 - Bertioga: espaço, turismo e capital imobiliário	 50
Bertioga e a hegemonia do capital imobiliário	50
O fenômeno das segundas residências	53
Segundas residências e capital imobiliário	63
Os grandes empreendimentos imobiliários	65
 Capítulo 3 – Loteamento Indaiá: realidade e possibilidades	 73
A produção do espaço em Indaiá	74
Realidade, conflitos e perspectivas	89
A favela de Indaiá	100
 Considerações finais	 109
 Bibliografia	 113

Introdução

A proposição que embasou a investigação cujos resultados estão apresentados nas páginas que se seguem foi a de realizar uma abordagem geográfica do turismo, um fenômeno de difícil apreensão e que traz consigo implicações espaciais consideráveis.

Ao analisarmos como o turismo acontece, a relação com o espaço é inevitável. Nesse sentido nos preocupamos em entender esse fenômeno espacial e construir um arcabouço teórico-metodológico que permita apreender rebatimentos espaciais dessa atividade no litoral paulista brasileiro.

Partindo da noção do espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de ações (Santos, 2004), construímos um esquema de idéias coerente, pertinente e operacional, que nos ajudou a entender as relações espaciais que aconteceram a partir de um estudo de caso, pois somente o lugar pode nos mostrar a complexidade espacial do fenômeno do turismo como ele efetivamente se realiza, com todos os sujeitos sociais, os objetos e as ações.

Seria ingênuo de nossa parte considerarmos que aqui esgotaríamos essa discussão, reconhecendo a amplitude dos conceitos de espaço e de turismo, sendo o último cercado de uma pluralidade no mundo contemporâneo e considerado, em muitos casos, como uma atividade econômica que “resolverá” os problemas dos lugares, principalmente aqueles ligados à produção e a reprodução do capital e à geração de empregos.

Como estudo de caso nos propusemos analisar o processo de produção do espaço e do lugar do turismo em um loteamento litorâneo chamado Jardim Indaiá, edificado em três etapas a partir do final dos anos de 1940, no município litorâneo de Bertioga, no Estado de São Paulo (Ver figura 01).

O caso em questão é uma oportunidade para discutirmos teoria, um momento fundamental para a formação de um pesquisador, nos sendo delegada a tarefa de “formular um sistema de conceitos (jamais um só conceito!) que dê conta do todo e das partes em sua interação” (Santos, 2004, p. 77). Esse esquema de idéias deve ser coerente, pertinente e operacional, ajudando a entender as relações entre espaço e turismo.

Espaço e turismo: uma relação necessária

Aprofundar a análise sob a perspectiva espacial exige identificar os sujeitos sociais que atuam direta ou indiretamente no espaço, no acontecer da vida. Isso implica conhecer os agentes de mercado, responsáveis também pela produção do espaço e pela ampliação de seu uso através do lançamento de empreendimentos imobiliários verticais e / ou horizontais e analisar a forma de atuação dos poderes públicos, nas diversas escalas, investigando as políticas públicas por eles elaboradas e as ações que autorizam a construção de vários objetos técnicos, normatizando o próprio território. Por fim, conhecer a realidade da população local é primordial, pois é ela que convive com o processo de urbanização e que responde ao mundo, pelos seus anseios, conflitos e atitudes, como os eventos chegam e mudam um ponto específico do espaço. Podemos, então, partir do espaço como ele se apresenta, “da noção de espaço banal, espaço de todas as pessoas, de todas as empresas e de todas as instituições, capaz de ser descrito como um sistema de objetos animado por um sistema de ações” (Santos, 2004, p. 283)¹.

¹ Ver também Santos (1996).

Acreditamos que o conceito de espaço nos permite melhor compreender o turismo, visto como um fenômeno eminentemente espacial, entendendo conceitual e empiricamente a Praia de Indaiá, um fragmento do mundo visto como uma totalidade em movimento.

É no espaço que encontramos subsídios para apreender o turismo em sua totalidade, com suas peculiaridades: a sazonalidade; os turistas; os moradores locais; os empreendedores imobiliários; os empresários do ramo de hotelaria, transporte, alimentação e prestação de serviços; os poderes públicos (municipal, estadual e federal); os eventos e, por fim, as segundas residências, não se esquecendo que todos eles se espacializam, em diferentes situações ou posições.

Na atualidade estamos cercados por espacialidades na forma de objetos, que participam ativamente de nossa vida, permitindo ou dificultando nosso acesso a lugares:

à nossa volta, existe hoje uma espécie de evidência fantástica do consumo e da abundância, criada pela multiplicação dos objetos, dos serviços, dos bens materiais, originando como que uma categoria de mutação fundamental na ecologia da espécie humana².

Vivemos o tempo dos objetos, de seus ritmos e de sua sucessão permanente. Anteriormente, os objetos sobreviviam a gerações humanas inteiras. Hoje, ao longo de nossas vidas, testemunhamos objetos nascerem e morrerem, gerações de objetos surgirem e darem lugar a novos objetos, sem mesmo terem se tornados antigos³:

chegamos ao ponto em que o 'consumo' invade toda a vida, em que todas as atividades se encadeiam do mesmo modo combinatório, em que o canal das satisfações se encontra previamente traçado, hora a hora, em que o

² Baudrillard, 1995, p. 15.

³ O *Long Play* virou CD; o *walk man* virou MP3; o Videocassete virou DVD...

‘envolvimento’ é total, inteiramente climatizado, organizado, culturalizado (Baudrillard, 1995, p. 19).

O turismo, fazendo uso dos objetos, conquista uma parcela do espaço, que no entendimento de Carlos (1999, p. 66) “se transforma em mercadoria (e que entra no circuito da troca), como é o caso das praias, montanhas e rios, tornando-se um novo e rentável ramo da atividade produtiva”.

No caso específico do turismo, as rodovias ampliam os fluxos e os contextos, levando e trazendo os turistas aos lugares e o capital, personificado pelos empreendedores imobiliários, que, à distância, se apropriam de porções do espaço e acionam as instâncias necessárias fazendo novos lançamentos imobiliários.

Sistemas de ações, quando concretizados, saem do plano das idéias e encontram os lugares e, ao fazê-lo, se deparam com o mundo em movimento e com pessoas, que vivem e produzem seu cotidiano; racionalidades e contra-racionalidades a alimentar um permanente conflito.

No mundo de hoje, não produzimos somente objetos e mercadorias, mas também o espaço voltado para o consumo, “o espaço-mercadoria se impõe na vida cotidiana enquanto valor de troca que submete o modo e o tempo de uso” (Carlos 1999, p. 70). Isso deixa claro que é preciso levar em conta as dimensões material e imaterial do espaço, a produção do espaço e a produção da vida, fazendo o turismo parte dessa equação.

Dos objetos demandados pelo turismo as redes são expressivas, haja vista que o fazer turismo pressupõe deslocamentos. Algumas redes são mais perceptíveis

como as de transporte (rodovias, aerovias e rotas marítimas). Já outras são menos visíveis, como as redes “virtuais” de venda de passagens e reservas, porém extremamente importantes por ajudarem a definir destinos de viagem.

Segundo Haesbaert (2004, p. 286), o território é moldado fundamentalmente em “rede”:

não apenas enquanto mais uma forma (abstrata) de composição do espaço, no sentido de um ‘conjunto de pontos e linhas’, numa perspectiva euclidiana, mas como o componente territorial indispensável que enfatiza a dimensão temporal-móvel do território e que, conjugada com a ‘superfície’ territorial, ressalta seu dinamismo, seu movimento, suas perspectivas de conexão (‘ação a distância’, como destaca Machado, 1998⁴) e ‘profundidade’, relativizando a condição estática e dicotômica (em relação ao tempo) que muitos concedem ao território enquanto território-zona num sentido mais tradicional.

Nessa perspectiva relacional de território, as redes do turismo - longe de servirem somente a ele - são emblemáticas. As redes materiais, como as de transporte, ligam pólos emissores e pólos receptores de turistas. As redes imateriais, que funcionam em nível mundial, apesar de seu alto grau de fluidez, ocupam e produzem cada vez mais espaços voltados para o turismo.

Os usos, como a prestação de serviços, a alimentação e os receptivos, conferem ao turismo o *status* de atividade econômica, pois a atividade do turismo pressupõe o consumo do espaço e envolve uma série de atividades econômicas paralelas que, entendidas na perspectiva espacial e no contexto das redes, podem e devem ser consideradas importantes para os municípios onde o turismo ocupa lugar de destaque, como é o caso de Bertioga.

⁴ Machado, L. Limites, fronteiras, redes. In: Strohaecker, T. et. al. (orgs.) *Fronteiras e espaço global*. Porto Alegre: AGB, 1998.

Essa perspectiva relacional também permite entender o fato de os maiores empreendimentos imobiliários de Bertioga, como os condomínios de grande porte, não serem de propriedade de empresários bertioguenses. O capital relacionado ao setor turismo procura espaços próximos às grandes cidades - pois o turismo hoje é eminentemente urbano - para transformá-los em espaços de consumo e empreendimentos imobiliários. É o alargamento dos contextos com uma conseqüente “diminuição da arena da produção, enquanto a respectiva área se amplia⁵”.

Os objetos técnicos da atualidade, mais numerosos, apresentam um novo sentido (Santos, 2004, p. 219):

Hoje, os objetos são originalmente criados para comunicar-se entre si e para responder a uma finalidade, desejada por quem os concebe e quem os implanta, ainda que desde logo sejam susceptíveis de outros tipos de utilização.

Ou seja, os objetos atuais, permeados pela ciência, pela técnica e pela informação têm uma relação direta com a capacidade ou dificuldade dos sujeitos sociais deles fazerem uso.

“Hoje, o que é universal é todo um sistema de objetos” (Santos, 2004, p. 194) e estamos como que nele submersos. Quando Dostoievski faz referência às bolhas pequeninas que sempre surgem à superfície, por mais que estejamos rodeados de objetos técnicos, supomos que ele as considera como as ações, autorizando a implantação, o funcionamento e até a refuncionalização de objetos, visando atender às necessidades de reprodução do capital:

⁵ Santos (2004, p. 240). Com relação à “redução da arena”, Santos resgata Marx. Ver também Santos e Silveira (2003, p. 132) “Cada pedaço do território, por menor que seja, exige um número crescente de fluxos. É a diminuição da arena e o aumento da área de produção, já previsto por Marx”.

Dêem-lhe todas as satisfações econômicas de maneira que não faça mais nada senão dormir, devorar pastéis e esforçar-se por prolongar a história universal; cumulem-no de todos os bens da terra e mergulhem-no em felicidade até a raiz dos cabelos: à superfície de tal felicidade como à tona de água virão rebentar bolhas pequeninas⁶.

“Alguns com seu dogmatismo obstinado reduzem a ‘realidade’ urbana e espacial aos negócios de renda do solo, de especulação imobiliária, de promotores e de bancos. O que não é falso, mas estreito” revela Lefebvre (1978, p. 5). Reduzindo o turismo a uma atividade econômica, poderíamos incorrer na estreiteza da análise, deixando de privilegiar a espacialidade da atividade e relegando a um segundo plano a sua dimensão espacial: “espaço discreto e espaço euclidiano nada mais são do que duas formas refinadas de uma mesma percepção empirista de um espaço homogêneo e isótropo, neutro, no qual se desenvolveriam os fatos econômicos” (Lipietz, 1987, p. 17).

Para Cruz (2001, p. 5), o turismo é uma “prática social, que envolve o deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo”. Segundo a autora, as pesquisas sobre turismo por meio da análise da produção do espaço devem partir da premissa de que não há produção do espaço que:

- Não remeta a uma divisão territorial do trabalho.
 - Não requeira uma análise sobre sujeitos sociais envolvidos.
 - Não diga respeito a ambas as dimensões do espaço geográfico, ou seja, às suas dimensões material e imaterial.
 - Não seja social e histórica.
- (Cruz, 2007, p. 14).

Em Sánchez (1991) encontramos considerações sobre a ação territorializadora do chamado turismo de litoral, ressaltando-se o fato de que o

⁶ Dostoievski. *No Meu Subterrâneo*. In: Baudrillard, 1995.

turismo é tratado pelo autor como uma atividade econômica e produtiva. Para o autor, o uso do “espaço do ócio” implica uma atividade econômica que o transforma em mercadoria capaz de ser usada.

Sobre as motivações do fazer turismo, Sánchez (idem) aponta uma ruptura com a atividade cotidiana e a realização de atividades de contato com a natureza, numa relação sem vínculos permanentes com espaço (turismo baseado na hotelaria, por exemplo) ou na forma de “turismo permanente” quando envolve a aquisição de uma segunda residência.

Para Hiernaux-Nicolas (2001, p. 40) “o turismo é uma prática social coletiva que integra mecanismos distintos de relação com o espaço, à identidade e o outro. Portanto, mais do que uma atividade econômica, o turismo é uma prática geradora de atividade econômica da mesma forma que a religião, o desporto e a guerra”. O consumo do espaço pelo turismo o torna, uma atividade eminentemente territorial.

Tais abordagens conceituais do turismo convergem com as idéias de Bertoucello (1998, p. 57), pois:

quando falamos de turismo estamos falando de uma prática social, a prática turística, que consiste no deslocamento espacial que realizam os indivíduos com o fim de realizar atividades de lazer e recreação vinculadas com diversos atrativos turísticos presentes nos lugares de destino. [...] o turismo é um serviço cujo consumo gera benefícios econômicos.

Um conjunto de agentes econômicos com interesses específicos no desenvolvimento da atividade, na organização e na prestação de serviços entra em cena, nos remetendo a importância considerável dos diferentes papéis dos sujeitos sociais e suas relações com o território.

Knafou (2001, p 63) considera, por sua vez, que:

o peso do turismo, atividade humana multiforme, que repousa sobre um aparelho econômico heteróclito, é particularmente difícil de ser avaliado. Ele oscila entre a sub e a superavaliação, conforme for da avaliação e o interesse dos avaliadores.

O autor considera o turismo “flu”, por utilizar equipamentos cujo monopólio não lhe pertence (transportes, hospedagens, alimentação, etc). A superestimação de seu peso advém da avaliação generosa da utilização de instrumentos comuns, como estradas, trens, aviões, hotéis, restaurantes etc, além da proximidade entre viagens e turismo para fins estatísticos, como é o caso de executivos que fazem um número incontável de viagens de trabalho e são considerados turistas (Cruz, 2007).

Consideramos o turismo uma prática social e uma atividade produtiva, que pressupõe o consumo do espaço, que usa os sistemas de objetos existentes, bem como, não raras vezes, cria um novo, ancorado em um sistema de ações, existente ou a ser criado, no imbricado jogo de relações entre mercado, Estado e sociedade.

Na pesquisa aqui desenvolvida sobre o loteamento de Indaiá, inserido na praia da Enseada, o encontro do turismo com o espaço habitado, supomos ser emblemático. Inicialmente uma classe alta se encontra com o caíçara, a partir do final da década de 1940. Um momento de difícil acesso a este território, que exigia a saída da Região Metropolitana de São Paulo, a descida da Serra do Mar pela recém-inaugurada Rodovia Anchieta e a tomada de um barco no Porto de Santos, enfim chegando à sua casa de veraneio em Bertiooga.

Passadas cerca de três décadas, em 1982, com a inauguração da Rodovia Mogi-Bertiooga, que desemboca no loteamento Indaiá, ocorre a chegada de uma

classe média, que lá constrói sua segunda residência. O processo de urbanização de Indaiá se intensifica, assim como do restante de Bertioga, transformando o município em um verdadeiro canteiro de obras, com o lançamento de grandes condomínios e loteamentos, como a Riviera de São Lourenço, o maior empreendimento imobiliário de segundas residências do país, o Hanga Roa e o Bougainvillée, que se encontra na quarta etapa de lançamento de terrenos, o Costa do Sol, e até em Boracéia, com o Condomínio Morada da Praia.

Em Indaiá, na atualidade, observamos a ocupação do território por uma classe média menos abastada. Supomos que os mais abastados se deslocaram para os condomínios fechados em função da popularização de Indaiá ocorrida a partir da maior possibilidade de circulação. Outra parcela não conseguiu arcar com os custos de manutenção de uma segunda moradia, dela se desfazendo.

Para entendermos as mudanças em Indaiá faremos, no capítulo seguinte, a análise da produção do espaço em Bertioga, entendendo que há mediações importantes entre a escala do município (durante muito tempo distrito de Santos) e a escala do bairro analisado.

Capítulo 1 - A produção do espaço em Bertioga

Entender a produção do espaço de um dado lugar pressupõe uma periodização, que nos revele os principais acontecimentos que aconteceram, possibilitando a análise crítica de um arranjo espacial específico.

Tal premissa nos conduz à necessidade de identificar, na história do lugar, quais são as variáveis que explicam determinados recortes temporais, entendendo quais objetos são os responsáveis por, de certa forma, comandar a produção do espaço em um dado momento. Entendemos produção como o que existe concretamente e o que pode ser efetivado a partir da existência. Materialidade e imaterialidade, portanto, em uma relação de poder e de conflito.

Associar os fatos descobrindo singularidades, solidariedades e contextos, selecionando arranjos materiais e imateriais, objetos e ações, é o interesse de uma análise teórica e metodológica do espaço geográfico.

Podemos entender a produção do espaço, portanto, a partir de sua própria constituição. Ao sistematizar essa proposição, Santos⁷ propõe o seguinte:

O meio natural era aquela fase da história na qual o homem escolhia da natureza aquilo que era fundamental ao exercício da vida e valorizava diferentemente essas condições naturais, as quais, sem grande modificação, constituíam base material da existência do grupo. O fim do século XVIII e, sobretudo, o século XIX vêem a mecanização do território; o território se mecaniza. Podemos dizer que esse momento é o momento da criação do meio técnico, que substitui o meio natural. Já, hoje, é insuficiente ficar com essa categoria e é preciso falar do meio técnico-científico, que

⁷ Comunicação apresentada no Seminário Brasil Século XXI, Seção Campo e cidade na virada do século, Campinas, Unicamp, 04.04.1989. In Santos, 2005, p. 121.

tende a se superpor em todos os lugares, ainda que diferentemente, ao meio geográfico.

Na medida em que novas divisões do trabalho acontecem, um meio vai sendo sucedido por outro e o território vai se tornando mais maquínico e adquirindo novas velocidades e funções.

Com relação ao período atual, o meio técnico-científico-informacional, ele “começa praticamente após a segunda guerra mundial, e sua afirmação, incluindo os países do terceiro mundo, vai realmente dar-se nos anos 70” (Santos, 2004, p. 238). Nesse período, o mercado ocupa um papel fundamental e requalifica o espaço, atendendo aos interesses desiguais com relação ao uso do território, explicando as diferenças regionais e locais, pois produção do espaço não significa, necessariamente, sua apropriação.

Focando o espaço brasileiro, Santos e Silveira (2003) discutem a sucessão dos meios geográficos e propõem uma periodização, analisando a evolução global a partir do país como um todo, apontando a importância das diferenças internas.

No meio natural brasileiro predomina o tempo lento da natureza, quando ela era imperiosa sobre as ações humanas.

Já o meio técnico caracterizou-se pela diminuição do poder da natureza sobre a sociedade que aqui habitava e pela incorporação do componente técnico ao território. Esse processo não aconteceu de forma homogênea e produziu manchas de tecnificação espalhadas, com destaque para as áreas litorâneas, o que Santos e Silveira denominaram de “arquipélago da mecanização incompleta”. Esse fato foi

seguido por uma circulação mecanizada, pelo aparelhamento dos portos, a construção de estradas de ferro, a ocupação do interior e a industrialização do país, urbanizando seu interior e formando a Região Concentrada⁸, integrando território e mercado com a hegemonia paulista.

Santos e Silveira (2003, p. 31) consideram que “o período técnico testemunha a emergência do espaço mecanizado”, quando o trabalho se organiza mediante o que já existia, produzindo uma nova divisão territorial do trabalho.

Por fim, temos o meio técnico-científico-informacional, que se divide em dois momentos. No primeiro, o meio técnico-científico, que se inicia no pós-segunda guerra mundial, após o ano de 1945, nos ressentimos da falta de uma rede nacional de transportes. Nos anos de 1970 o segundo momento se efetiva, o meio técnico-científico-informacional, apesar dos problemas econômicos e de um crescimento estagnado brasileiro. Isto exige do governo vultuosos investimentos e a construção de um país com profundas diferenças regionais, em função das necessidades impostas pelo capital internacional para se instalar, afirmando São Paulo como o centro econômico e tecnológico do país. A instalação de grandes pólos industriais em território nacional, a ampliação da rede de transportes e a modernização e expansão da fronteira agrícola, inserindo o país no circuito internacional da economia, são ocorrências deste momento.

Em função disso, o espaço se tornou mais espesso, com novos conteúdos e usos do território. Ocorre, por sua vez, a ampliação dos insumos necessários, de

⁸ Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Denominação geográfica elaborada por Milton Santos e Ana Clara Torres Ribeiro, no ano de 1979 (*O conceito de região concentrada*).

produtos sendo elaborados, da reprodução do capital e uma circulação ampliada de idéias e informações. Tudo isso acabou por favorecer o grande capital.

Cabe ressaltar que o processo de produção do espaço é seletivo, ou seja, a modernização proporcionada pela ciência, pela técnica e pela informação, características do momento atual, é lenta para uns e rápida para outros, produzindo verdadeiras manchas de modernidade no território nacional e mesmo nos lugares.

Caracterização do município de Bertioga

O município de Bertioga está localizado no litoral norte do Estado de São Paulo e dista cerca de 108 km da Região Metropolitana de São Paulo, a maior concentração populacional brasileira e o maior pólo gerador de turismo, deslocando um considerável contingente populacional para o município em finais de semana e nas férias. Do Guarujá, Bertioga fica a cerca de 40 km, de Mogi das Cruzes 65 km e de São Sebastião, 100 km.

Em conjunto com Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente, Bertioga compõem a Região Metropolitana da Baixada Santista, com 2.373 km² de área total. Por ocupar a parte setentrional dessa área, o município é considerado o portal de entrada para o litoral norte. Bertioga, em função de sua localização, situa-se “no trecho transitório entre a Baixada Santista e o Litoral Norte, por possuir características que remontam às duas regiões” (Bauer e Rejovsky, 2003, p. 86). Segundo os autores, encontramos, ao norte do município,

uma ampla faixa litorânea e a presença da vegetação de restinga, continuidade do que acontece no município vizinho de São Sebastião. Sua fronteira setentrional e ao sul, por sua vez, tem uma hidrografia com vários cursos d'água que deságuam no Oceano Atlântico, permitindo a presença de mangues, o que o assemelha a Santos (ver figura 02).

A oeste, o município tem como limites o Canal de Bertioga e o Ribeirão Iriri; ao norte se encontra a Serra do Mar; a leste temos o córrego Prateus, na Praia de Boracéia e, por fim, o Oceano Atlântico é seu limite sul.

Nos 482 km² da área total do município de Bertioga, encontramos as seguintes áreas de preservação permanente (Bertioga, 1998, p. 7): O parque Estadual da Serra do Mar, as várzeas dos corpos d'água, as áreas de manguezais, os morros e as praias. Dentro do zoneamento proposto para o município, encontramos a zona de suporte ambiental (ZSA), que se localiza em área contígua ao Parque Estadual da Serra do Mar, espaço de preservação ambiental tombado pela UNESCO / ONU como Reserva da Biosfera, sendo considerada uma região de transição, com grande importância para a conservação e proteção dessa mesma biodiversidade de Mata Atlântica (idem, p. 27), o que confere um total de 85% de sua área total como de preservação ambiental.

O município tem aproximadamente 33 km de praias, divididas em cinco: Enseada, São Lourenço, Itaguapé, Guaratuba e Boracéia (ver figura 03).

Figura 03
Bertioga – praias

Fonte: <http://www.cdbrasil.cnpm.embrapa.br>. Acesso em 06/12/2005.
Organização André Luiz Sabino, 2005

Como a Serra do Mar se afasta da praia neste trecho, temos um grande número de cursos d'água, cujas nascentes se encontram na Serra do Mar e seguem em direção ao Oceano Atlântico, formando as importantes bacias hidrográficas dos rios Itapanhaú, Itaguaré e Guaratuba.

O relevo se divide em duas partes: mais acidentado nos contrafortes com a Serra do Mar e uma topografia plana na região costeira, sendo que a Serra é recoberta por uma densa vegetação, com destaque para a Mata Atlântica, com árvores de grande porte, e um rico ecossistema de restingas e manguezais na planície litorânea.

Bertioga e sua história

A história de um lugar pode ser periodizada para fins analíticos, o que exige que identifiquemos os principais fatos ocorridos vistos em sua complexidade relacional, entendendo a incorporação de determinados objetos e a conseqüente produção do espaço. A partir dessa estratégia, podemos entender as ações efetivadas pelos sujeitos sociais e o uso do território, com as possibilidades e as restrições impostas a cada qual.

Na medida em que a história acontece, o espaço ganha novas configurações e se torna mais espesso, incorporando cada vez mais técnicas, o que Milton Santos (2004) considerou ao analisar a passagem do meio natural para o técnico-científico-informacional, como já apresentamos.

O espaço tomado pelos sujeitos sociais, tornando-se lugar específico e inserido em um sistema de relações de poder com seus “sistemas de tessituras, de nós e de redes organizadas hierarquicamente permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e / ou possuído” (Raffestein, 1993, p. 151) é o que nos interessa.

Reconstruir a história de Bertioga à luz da incorporação das técnicas, significa entender sua configuração territorial, o arranjo dos objetos técnicos e as ações. A coexistência de um presente, um passado - muitas vezes refuncionalizado - e um porvir, o futuro. A divisão do trabalho considerada como um motor da vida social e da diferenciação espacial⁹ ajuda a entender a construção do espaço bertioguense a partir de sua relação com o mundo através dos eventos.

Se “o turismo, tal como outras atividades - e concorrendo com elas - introduz no espaço objetos definidos pela possibilidade de permitir o desenvolvimento da atividade” (Cruz, 2001, p. 12) ele é passado, presente e futuro e faz parte de um mundo que convive com grandes velocidades e transformações, em conflito constante. Nesse sentido Castells (1999, p. 505) assinala que:

cada vez mais, a nova ordem social, a sociedade em rede, parece uma metadesordem social para a maior parte das pessoas. Ou seja, uma seqüência automática e aleatória de eventos, derivada da lógica incontrolável dos mercados, tecnologia, ordem geográfica ou determinação biológica.

Se partirmos do mundo como ele se nos apresenta, do espaço banal ou da epistemologia da existência proposta por Santos (1996, p. 28), podemos reconhecer:

o processo lógico e a história de produção da extensão [o Lugar]. O mundo, aqui, é visto como latência, um mundo de “essências”, um universo de

⁹ Santos, 2004: 129.

meios ainda não realizados. É como se estivesse suspenso, sobre nossas cabeças, uma multiplicidade de possibilidades, a espera de um tomador. É a ação do homem que transforma as essências em qualidades e quantidades, operando a metamorfose que conduz à existência e à extensão.

Em Indaiá, o que nos chamou a atenção e nos fez mergulhar nessa pesquisa foi o fato de que a produção do espaço para o turismo manteve uma estreita relação com a circulação no litoral e com a presença de empreendedores imobiliários de peso que, ao longo da história, mudaram o uso do território.

Para conseguirmos analisar a produção de um espaço, como o de Indaiá, alguns cuidados são necessários, pois:

diante do esforço de analisar uma região, não seríamos convocados a estudar todos seus elementos conhecidos num inventário sem hierarquias, mas a compreendê-la como uma ou mais situações significativas, decorrentes da geografização dos eventos, detectando certos problemas-chave que obrigam, com mais evidência, a uma permanente referência ao país, ao mundo e a uma indagação sobre seus dinamismos.
(Silveira, 1999, p. 24).

Como as relações do lugar com o mundo são complexas e únicas, construindo uma identidade própria, nos estudos de caso devemos escolher os dados que explicam a formação social e espacial do lugar.

Foi nesse meio natural que em 1531, no encontro das águas dos canais da Ilha de Santo Amaro com o mar aberto, que o Governador Geral da Costa do Brasil, Martim Afonso de Souza, aportou e fundou Bertioga, um pequeno vilarejo.

Em função de sua posição, na desembocadura do canal, um primeiro forte foi construído e no ano de 1547, no mesmo lugar, uma fortificação maior e mais resistente, o Forte de São João da Barra, foi feito em pedra argamassada com óleo

e cal¹⁰ (foto 01). O objetivo dessa construção era o de proteger o território de ataques.

No ano de 1549, Hans Staden, um alemão, inicia sua segunda viagem a América. Após enfrentar ventos fortes e tempestades, chega a Santa Catarina em 1550, aos 28 graus de latitude Sul. Seu destino final seria a Ilha de São Vicente, mas sofreu um naufrágio nas proximidades de Itanhaém. O artilheiro alemão Hans Staden assume a defesa do Forte de São Felipe, localizado na Ilha de Santo Amaro¹¹, do lado oposto do canal. Staden foi preso pelos índios canibais Tupinambás e com eles permaneceu por cerca de nove meses, entre os anos de 1554 e 1555, e após o seu resgate, retornou à Europa e escreveu um livro, relatando os momentos passados entre eles¹².

Foto 01
Forte São João

André Luiz Sabino, 2004

¹⁰ Bertioga, 1998, p. 16.

¹¹ Hoje município de Guarujá.

¹² Staden, 1999.

Com o estabelecimento da Paz de Iperoig em 14 de setembro de 1563, os conflitos continuaram a ocorrer, até que os índios confederados, com o auxílio de Estácio de Sá e seus homens armados, foram derrotados e a colonização pôde efetivar-se.

O ano de 1563 marca, portanto, a possibilidade de retorno das pessoas à essa região e somente em 1556, segundo Francisco Martins dos Santos (1986, p. 76) que:

observamos as primeiras tendências para o retorno às terras de Bertioga e Ilha de Santo Amaro (extremo Leste), de todos aqueles que, amedrontados ante a fúria tamoia, dali haviam fugido anos atrás, ameaçando de pobreza e insuficiência de alimentação as duas Vilas: de Santos e de São Vicente.

No século XVII, o óleo de baleia, animal abundante na região, começa a ser utilizado para iluminação no Brasil e, em Bertioga é criada a Armação das Baleias, localizada na Ilha de Santo Amaro, fazendo com que a Bertioga continental, em função das precárias condições marcadas pela falta de água, se tornasse um pequeno núcleo de moradores, como pode ser visto na figura 04. Esse óleo era utilizado basicamente na iluminação pública e particular das cidades vizinhas, chegando a ser fornecido também para as cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Se no período técnico, o espaço mecanizado emerge e os objetos são técnicos e culturais, com a presença do “material” e do “artificial”, quando os tempos sociais tendem a se superpor e contrapor os tempos naturais, a produção do óleo de baleia coloca Bertioga, mesmo que em termos iniciais, em contato com a técnica.

Figura 04

Esboço histórico e pitoresco da Bertioga com a incorporação natural do sítio bertiogano de todo o extremo da Ilha de Santo Amaro, atualmente município de Guarujá (croqui de 1960)

Fonte: Francisco M. dos Santos, 1986

Ao longo do século XVIII, a captura das baleias continua e Bertioga segue abastecendo de óleo para iluminação as cidades do seu entorno.

Após 1830, com o fechamento da “Armação das Baleias”, a infra-estrutura até então construída é abandonada e Bertioga repousa mais uma vez no tempo lento da natureza, em que pescadores e caiçaras desfrutam do cotidiano da pequena vila, de um meio essencialmente natural.

Apesar da presença de mais elementos técnicos, ocorrendo em lugares e momentos esparsos no território, Bauer (2001, p. 37) pondera que:

durante todo o século XIX e início do século XX, Bertioga ficou reduzida apenas a um simples núcleo de pescadores, ponto de descanso da pequena navegação costeira, entre Santos e os portos da praia do litoral norte.

Para Francisco M. dos Santos (1986), o “renascimento de Bertioga só veio surgir no século XX, ou mais precisamente a partir de 1930, quando conquistou sua condição de Distrito de Paz e, posteriormente, de Subprefeitura”. Importante se faz ressaltar que estamos falando de uma pequena vila de pescadores, sem água e luz elétrica, com uma difícil comunicação, inclusive com a sede do município de Santos, que era feita por barcos de pesca, barcos das ilhas e lanchas da Cia. Docas de Santos, sendo que as últimas transportavam pessoas, alimentos, peças, máquinas, medicamentos e caixas.

Algumas figuras são importantes nesse momento histórico, como João Basílio dos Santos que, no ano de 1909, abre um armazém no velho casarão de sua chácara, ao lado do Forte; Manuel Nunes Viveiros (Maneco Ilhéus), que no início dos anos de 1920 constrói um estábulo, onde hoje é o início da Av. Anchieta; Elias Nehme, com sua Pensão Paulista, seu armazém de madeira na ponte de atracação de barcos, faixa hoje ocupada pelo ajardinamento e seu Bar e Armazém Mar e Terra, já com recuo para a Av. Vicente de Carvalho, construído em 1940; João Sabino com seu bazar de roupas, tecidos e armarinhos; Miguel Seiad Bichir com seu bar e a caninha “praia preta”; João de Andrade que constrói um forno de padaria em sua casa, no início da década de 1930, a 3 ou 4 km do núcleo comercial da vila,

produzindo pão para os caiçaras, sujeitos sociais que reconstruíram o lado continental da Bertioga, dentre outros¹³.

Se na passagem para o meio técnico, nos dizeres de G. Friedmann¹⁴, reconhecer-se-ia o momento em que a energia natural – força animal, vento, água – é substituída pela energia térmica, elétrica, etc, a instalação da Usina de Itatinga em Bertioga, de propriedade da Cia. Docas de Santos¹⁵, hoje Codesp - Companhia Docas do Estado de São Paulo, consolida um novo momento, de uma nova divisão do trabalho.

Como a energia para o Porto de Santos era fundamental, se inicia, com o trabalho de técnicos ingleses, a construção da Usina de Itatinga que foi inaugurada em 1910. Como os objetos técnicos funcionam em sistemas, eles nunca acontecem sozinhos. São edificadas casas para os operários, um cais no Rio Itapanhaú, uma estrada de ferro entre o Rio e a Usina, unidades de serviço, cabos que ligam a Usina ao Porto de Santos, transformando, de forma significativa, o cotidiano de Bertioga.

Porém, ressalva necessária se faz de que a usina servia somente ao porto, deixando a vila às escuras, o que demonstra a seletividade espacial das lógicas que

¹³ Francisco M. dos Santos, 1986.

¹⁴ Friedmann, Georges. *Sept etudes sur l'homme et la technique*. Paris: Denoel/Gonthier, 1996. In Silveira, 1999, p. 47.

¹⁵ “Em 12 de julho de 1888, pelo Decreto nº 9.979, após concorrência pública, o grupo liderado por Cândido Gaffrée e Eduardo Guinle foi autorizado a construir e explorar, por 39 anos, depois ampliado para 90 anos, o Porto de Santos, com base em projeto do engenheiro Sabóia e Silva. Com o objetivo de construir o porto, os concessionários constituíram a empresa Gaffrée, Guinle & Cia., com sede no Rio de Janeiro, mais tarde transformada em Empresa de Melhoramentos do Porto de Santos e, em seguida, em Companhia Docas de Santos. (...) Em 1980, com o término do período legal de concessão da exploração do porto pela Companhia Docas de Santos, o Governo Federal criou a Companhia Docas do Estado de S. Paulo-Codesp, empresa de economia mista, de capital majoritário da União.” http://www.portodesantos.com.br/historia/index_p.html. Acesso em 30/04/2007.

comandam o uso das técnicas. A existência da técnica não implica e não implicou em Bertioga o acesso à mesma.

Em se tratando do litoral, a pesca foi fundamental para a manutenção da vida na vila que, associada ao plantio da banana “impediram a completa estagnação e esvaziamento do Litoral Norte” (Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. 1996. p. 91).

A importância dessa prática agrícola, que se estendeu até a década de 1950, na economia da região foi considerável, pois possibilitou o:

surgimento de inúmeros portos fluviais ao longo do canal, um entreposto aqui mesmo em Bertioga, inúmeras linhas de “decauville”, e, inclusive, possibilitando o surgimento de um transporte regular de barcos entre Bertioga e Santos, a Cia. Santense de Navegação [foto 02], que não só fazia o transporte do produto, mas também efetuava a necessária troca de pessoas e mercadorias, desde que outra forma inexistia para comunicação do núcleo bertioguense com as comunidades vizinhas.
(Bertioga, 1998, p. 18)

Em 1938, São Sebastião se conecta por rodovia a Caraguatatuba que, em 1939 se liga a São José dos Campos. São os embriões da circulação, fundamentais para a consolidação do período técnico-científico-informacional e também ao turismo. Na perspectiva de Silva (1974, p. 30) essa ligação é feita por “uma estrada de terra, quase que totalmente sem manutenção, apesar de servir a linhas regulares de ônibus entre São Paulo e São Sebastião, via Santos”. A autora registra em um ensaio fotográfico, que a região contava com 15 pontes de madeira que atravessavam os rios da região, inclusive em Bertioga¹⁶.

¹⁶ Ver também Silva, 1975, p. 55 e 169.

Segundo Arroyo¹⁷:

a circulação é uma das bases de diferenciação geográfica. Com a difusão dos transportes e das comunicações, e conforme avança a expansão capitalista, criam-se condições para que os lugares se especializem, sem a necessidade de produzir tudo para sua reprodução.

Foto 2
Barcos da Cia. Santense de Navegação

Um barco no trapiche, uma canoa na margem... Assim era em 1924 a área do Canal da Bertiooga, próxima ao forte de São João.

Lancha da Cia. Santense de Navegação, em 1945, quando ainda utilizava o píer de madeira em Bertiooga, depois substituído por um de concreto.

Fonte: Santos, Francisco M, dos e Lichti. *História de Santos/Poliantéia Santista*. São Vicente, Ed. Caudex, 1986. In <http://www.novomilenio.inf.br/>. Acesso em 05/07/2007

¹⁷ Texto contido na justificativa do Programa da Disciplina Território e Circulação, ministrada pela Professora Dr^a Mônica Arroyo, na Pós-graduação do Departamento de Geografia da USP, em 2005 (mimeo).

O fato de o turismo pressupor deslocamentos exige, por sua vez, a construção de sistemas técnicos que “incluem, de um lado, a materialidade e, de outro, seus modos de organização e regulação” (Santos e Silveira, 2003, p. 20), autorizando em cada momento uma nova divisão territorial do trabalho.

A construção das rodovias brasileiras, como o que ocorreu entre Bertioga e sua vizinhança, teve impactos importantes sobre os lugares. Não é demais lembrar que as rodovias não foram construídas, na grande maioria dos casos, especificamente para a prática do turismo, mas sua concretização potencializou o desenvolvimento do turismo em muitos lugares. “Não se pode subestimar o papel dos meios de transportes no advento do turismo de massa”, sendo que “o rei do turismo de massa é o automóvel popular”, lembra Boyer (2003, p. 10).

Sánchez (1991, p. 227) já afirmara que “a construção de uma autopista, por exemplo, modificará a relação espaço-temporal e, portanto a acessibilidade”. No que tange a um destino turístico, a construção desse objeto técnico e a conseqüente melhora na acessibilidade, pode ser um evento significativo. A partir de sua instalação, considerando também as ações por ela permitidas, ocorre uma nova organização sócio-espacial e nos vemos, então, diante de um acontecer que muda o significado do que existia.

Os eventos permitem, por sua vez, identificar os atores envolvidos na produção do espaço, os objetos presentes nos territórios e as ações nos lugares. Desvendando períodos em que eles aconteceram, do momento de sua espacialização, passando por sua extensão territorial de maior influência, é possível

datar e periodizar o uso do território, entendendo os rebatimentos espaciais decorrentes desse processo.

A inauguração da rodovia Mogi-Bertioga (SP-098) foi um desses eventos que intensificou a chegada dos turistas a Bertioga. No início da década de 1980 um grande contingente populacional ocorre ao então distrito de Santos em busca do sol e do mar, com seus automóveis que, sem lugar para estacionamento, acabavam ocupando a areia da praia, como se pode perceber na foto seguinte.

Foto 03

Carros em plena praia atestam as condições precárias (década de 1980)

Fonte: <http://www.novomilenio.inf.br/bertioga/bh002.htm>. Acesso em 31/07/2007

Para receber os turistas, Rafael Costábile construiu o primeiro empreendimento hoteleiro em 1940, o Hotel Lido, que funcionou por 30 anos. Esse empreendimento inicial foi seguido por outros.

Seqüencialmente, um grupo de empresários funda a Cia Urbanística de Bertioga¹⁸, na década de 1940, com o objetivo de lotear o espaço da vila, nela ampliando a presença de turistas. Essa ação atrai construtores, incorporadoras, imobiliárias, mão-de-obra para a construção de infra-estruturas e novos turistas. Em 27 de setembro de 1946¹⁹, esse mesmo grupo funda a Praias Paulistas S/A., que amplia o processo de loteamentos e a ocupação do território municipal de Bertioga, buscando áreas distantes do núcleo inicial, e lança o empreendimento Jardim Indaiá I, II e III, na década de 1950.

Em 1948 acontece a inauguração da Colônia de Férias do SESC - Serviço Social do Comércio, na praia da Enseada, que conta com uma considerável infra-estrutura voltada para o turismo e lazer.

Já nos anos de 1960, a expansão da urbanização de Bertioga continua e no Brasil se consolida o período técnico-científico-informacional²⁰. Na década de 1970, “de um tempo lento, diferenciado segundo as regiões, passamos a um tempo rápido, um tempo hegemônico único, influenciado pela dado internacional: os tempos do Estado e das multinacionais” (Santos e Silveira, 2003, p. 52), com destaque para o Sul e o Sudeste do país, onde manchas contínuas do meio técnico-científico-informacional são mais perceptíveis.

¹⁸ Siqueira, 2002, p. 84; Francisco Martins dos Santos, 1986.

¹⁹ Informação obtida no site <http://www.praiaspaulistas.com.br/praias.htm>. Acesso em 18/04/2005.

²⁰ Santos, 2004 e Santos e Silveira, 2003.

No início desta década 1970 o governo Federal selecionou a BR 101 como de absoluta prioridade²¹ e duas empresas de consultoria (Sondotécnica e Copavel) desenvolveram o projeto TURIS e o DNER contratou as empresas responsáveis pelas obras²². Este evento intensificou a produção do espaço em Indaiá.

Bertioga foi considerada como uma pequena comunidade de difícil comunicação, com São Paulo e com Santos, com estradas de ligação funcionando em condições precárias. Na proposição de Zonas Turísticas Homogêneas tem-se a Zona 19, Bertioga / Una, como a maior planície costeira encontrada na Rodovia Rio-Santos. Este plano (Embratur, 1973, p. 54) destaca que em relação a São Paulo, a BR-101 (Rio-Santos) estará em comunicação com uma estrada construída entre Bertioga e a estrada nova do Guarujá, a qual, por sua vez, se comunica com a Via Anchieta.

Em função de dificuldades financeiras e paralisação das obras, acordou-se que o DER / SP executaria os serviços de melhoria da ligação São Sebastião-Bertioga, pelo litoral, com o aproveitamento de trechos da BR 101 e da SP-55, entre Camburi e Bertioga e o DNER concluiria o trecho Bertioga-Morro do Cabrão, ligando Ubatuba – Santos pelo continente, sem necessidade das balsas para a travessia do Canal de Bertioga, cabendo ao DER / SP os demais trechos.

²¹ “No início da década de 70, o Governo Federal inicia a construção do trecho da BR-101 entre o Rio de Janeiro e Santos [...]. A estrada serviria de apoio aos investimentos de capitais privados em estruturas, voltadas para o lazer, como campings, hotéis, pousadas, restaurantes, entre outras sugerida pela Embratur no Projeto Turis”. Oliveira, 1999: 193.

²² A Sondotécnica realiza entre os anos de 1966 e 1968 o “estudo de viabilidade técnica e econômica da Rodovia Rio-Santos (536 km), sendo o primeiro estudo no Brasil segundo os padrões das instituições financeiras internacionais” e entre os anos de 1970 e 1973 o “projeto final de engenharia da Rodovia BR-101, trecho Ubatuba-Cubatão, integrante dos lotes 117/1-N a 117/5-N, com 124 km de extensão (1970/1973)” e também supervisiona a “Rodovia Rio-Santos, trecho Ubatuba-Cubatão (189 km), desenvolvido parte em serra e parte sobre solos altamente compressíveis ” entre os anos de 1974 e 1985. http://www.sondotecnica.com.br/pop_atuacaoViarios020.html. Acesso em 30/04/2007.

Silva (1975, p. 54), ao analisar as atividades costeiras e do turismo no litoral norte paulista, considera que a partir dos anos de 1965, o espaço geoeconômico regional se redefine, com atividades relacionadas a um espaço mais amplo do que o local, redefinindo a função do litoral norte em relação à região central, com uma complementaridade tendendo a “ocorrer no momento em que a expansão da região central atinge a periferia de modo decisivo, tendendo a incorporá-la” (idem, p. 233).

Em função da melhora na circulação, ao longo das décadas de 1970 e 1980, os empreendimentos imobiliários em Bertioga são intensificados. Um evento importante neste período é a inauguração da rodovia SP-98 (Mogi / Bertioga), hoje denominada Dr. Paulo Rolim Loureiro, uma obra de engenharia que completa o ciclo de ligação desse lugar a São Paulo, o principal pólo emissor de turistas do país. Segundo Oliveira (1999, p. 195) “o grande impulso na construção civil vem com o Plano Cruzado, em 1986. A estabilização da economia e os baixos rendimentos de caderneta de poupança fizeram migrar os investimentos de grande parcela da classe média metropolitana para a construção de casas de veraneio ou segunda-residência”.

Uso e ocupação do Solo em Bertioga

Utilizando fotografias aéreas e um SIG (Sistema de Informações Geográficas), Fierz e Rosa (1999) elaboraram mapas de uso e ocupação do solo para o Bertioga, para os anos de 1962, 1977, 1986 e 1994. Por fim, elaboraram também um mapa síntese, em que os dados da ocupação do solo ao longo do tempo foram

sistematizados, abrangendo a área das praias da Enseada e de São Lourenço do município (ver figura 05).

Do ponto de vista das modificações antrópicas, no mapa elaborado para o ano de 1962²³, chamam a atenção os loteamentos em áreas proibidas e o núcleo urbano concentrado nas proximidades do canal de Bertiooga, ocupando uma pequena área da extensa enseada já retalhada por grandes loteamentos, ainda praticamente vazios.

Neste momento, de acordo com os autores, Bertiooga é um centro semi-urbano, com uma atividade turística pouco intensa e onde falta luz elétrica e abastecimento de água. Somente o SESC, inaugurado em 1948, recebia luz elétrica da Usina de Itatinga. Três hotéis e uma padaria contavam com luz própria, através do uso de geradores.

Na década de 1970, nas proximidades do Canal de Bertiooga, assim como no ponto oposto da praia da Enseada, em direção a Indaiá, é possível perceber a intensificação do uso urbano, assim como no morro de São Lourenço.

Esse fato é seguido pelo surgimento de loteamentos e a ocupação dos então existentes, com um crescimento pouco acentuado, em função das dificuldades de transporte existentes, pois a rodovia Rio-Santos (SP 55) ainda não havia sido finalizada, assim como ainda não existia a ponte sobre o rio Itapanhaú, edificada somente no início dos anos 80 (foto 04).

²³ In Fierz e Rosa, 1999, p. 284.

Figura 05
Bertioga – Uso e Ocupação do Solo – Síntese

Foto 04

Pilares de sustentação da ponte sobre o Rio Itapanhaú, na Rodovia Rio Santos (1981)

Fonte: <http://www.rivieradesaolourenco.com/web/site/Galeria.asp?keyword=Galeria.Historia>. Acesso em 03/07/2007

No início dos anos 1980, o surgimento de uma nova estrada pode ser notado, ligando o bairro de Indaiá e o sopé da Serra do Mar. Sobre isso Fiers e Rosa (1999, p. 273) observam que o:

traçado se inicia próximo ao loteamento Indaiá, cruza a Rio-Santos até o sopé da serra. Essa estrada poderia servir de acesso à população das fazendas na época e viria mais tarde a fazer parte da Rodovia Mogi-Bertioga.

Em 1986 é possível visualizar o início do desmatamento da quase totalidade da praia de São Lourenço, em função da aprovação do maior loteamento residencial brasileiro voltado para o veraneio, o empreendimento Riviera de São Lourenço. A extensa vegetação foi trocada pelo traçado do loteamento, com a abertura de arruamentos e o início da construção de prédios à beira mar.

Foto 05
Riviera de São Lourenço

Vista aérea do módulo 4. Outubro 1987

Fonte: <http://www.rivieradesaolourenco.com/web/site/Galeria.asp?keyword=Galeria.Historia&page=2>.

Acesso em

05/07/2007

Mais recentemente, o uso do solo na praia de São Lourenço atinge as margens da Rodovia SP 55.

Hoje, já em sua segunda fase de lançamento, a Riviera de São Lourenço conseguiu um licenciamento ambiental através de compensação ambiental junto ao ministério público, mediante a transferência de animais e plantas para uma outra área, de iguais 2 milhões de m² adquirida pela Sobloco, denominada de Fazenda Acaraú. Essa propriedade se estende da rodovia SP 55 até o limite do Parque Estadual da Serra do Mar, detendo a licença do IBAMA de nº 01/2002, de 07/01/2002, como área de estudos da fauna brasileira (Foto 07).

Foto 06
Riviera de São Lourenço

Riviera de São Lourenço na atualidade.

Fonte: <http://www.rivieradesaolourenco.com/web/site/Galeria.asp?keyword=Galeria.Wallpapers>. Acesso em 03/07/2007

O jornal do litoral paulista, A tribuna Digital, em matéria publicada a respeito do projeto em andamento existente na região, que teve início em 2006 e se estenderá até o ano de 2013, coordenado pela empresa Gaia Consultoria Ambiental, tece os seguintes comentários:

Como o projeto está intimamente ligado ao licenciamento ambiental que antecede o lançamento da segunda fase da Riviera de São Lourenço a pesquisa também está servindo como balizadora para a transferência de animais e plantas para uma outra área de Mata Atlântica, adquirida pela Sobloco, responsável pela Riviera, a título de compensação ambiental.

A gleba que vem recebendo os animais e plantas retirados do terreno onde será erguida a segunda fase da Riviera de São Lourenço recebeu o nome de Fazenda Acaraú, que é uma área de soltura de animais silvestres registrada no Ibama.

A área de preservação tem os mesmos dois milhões de metros quadrados da gleba que será parcialmente desmatada e fica na direção do condomínio, na altura do km 212 da Rodovia Rio-Santos, entre a pista e o sopé da serra. Em 2004, portanto antes do início da transferência de animais e plantas foram realizados estudos para obtenção do licenciamento ambiental²⁴.

²⁴ http://atribunadigital.globo.com/bn_conteudo.asp?cod=301486. Acesso em 04/07/2007.

Foto 7
Placa localizada nos limites da Fazenda Acaraú

André Luiz Sabino, 2006

Em entrevista no escritório-sede da empresa Praias Paulistas S/A, realizada em 15/08/2006, em São Paulo, o Sr. Manoel Ferraz de Campos Salles declarou-nos que a área da Fazenda Acaraú originou-se da divisão de posses do grupo Praias Paulistas, por volta do ano de 1987. Ele menciona o projeto de conhecimento da fauna e da flora, assim como a presença de técnicos efetivando esse trabalho e acrescenta o fato de poder vir a existir um “Hotel Ecológico” na fazenda, visando explorar o segmento do Ecoturismo.

Em 1994, o processo de adensamento prossegue e mais loteamentos aparecem, com o crescimento do comércio e dos negócios imobiliários:

Essa prosperidade do setor imobiliário é resultado dos incentivos dados pela prefeitura à construção civil que favorecem a competição entre as empresas construtoras e causam maior procura por compradores de lotes de terra, provocando a valorização e conseqüente especulação imobiliária.
(Fiers e Rosa, 1999, p. 279)

Esse *boom* imobiliário demanda um considerável contingente de mão-de-obra, que se desloca em direção ao município. Durante as construções, essa parcela populacional tem suas moradia e alimentação garantidas, o que não ocorre após o encerramento das obras. Parte dessa população é absorvida pelo comércio e pelo trabalho na manutenção dos condomínios e os demais ficam desempregados. Ao analisar as políticas públicas no litoral paulista, Duarte (2001, p. 120) pondera que:

A velocidade em que se processa o crescimento urbano não é acompanhada pelo ritmo de implantação de infra-estrutura por parte do poder público, dando origem às áreas carentes de saneamento básico, normalmente, aquelas ocupadas pela população mais carente.

Um outro estudo sobre o uso e a ocupação do solo foi feito por Camolez (2005), que interpretando imagens de satélite dos anos de 1992 e 2003, confecciona mapas de uso do solo para as margens da Represa Billings e Bertioga. Na área de mananciais da Região Metropolitana percebe um crescimento desordenado, com a ocupação do solo por uma população de baixa renda, que se viu empurrada para áreas cada vez mais periféricas da metrópole. Já para Bertioga, a autora também constatou um grande crescimento urbano e a redução da cobertura vegetal. Utilizando desse recurso, Camolez quer alertar para o crescimento urbano desordenado, cruzando suas constatações com a legislação ambiental vigente nessas regiões.

Fierz e Rosa (1999) apontam o fato de que a maioria das implantações imobiliárias ocorridas em Bertioga não obedece às normas e recomendações

do CONDEPHAAT²⁵, ou seja, os 20% de área de reserva do terreno, exigidas em função da declividade menor do que 10% da planície litorânea, não é respeitada, revelando a ausência do Estado no que tange à fiscalização sobre essas áreas por parte dos órgãos competentes.

Associando o intenso e paulatino processo de produção do espaço bertioguense ao papel do capital, representado pelo mercado, lançando novos loteamentos, o crescimento populacional é acompanhado do incremento das segundas residências, visando atender a uma classe média e alta que demanda espaços para lazer e férias.

As normas e a organização do espaço para o turismo

Após sua emancipação, em 1991, o município de Bertioga inicia um novo momento histórico, constituindo sua Prefeitura e sua Câmara Municipal, que passaram a elaborar políticas visando normatizar e organizar o seu território.

Em dia 19 de maio de 1991, a população compareceu às urnas e conquistou o direito de transformar Bertioga em município. A maioria disse sim à tese emancipacionista. No ano seguinte, foram realizadas as primeiras

²⁵ Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo.

eleições da cidade, consolidando sua autonomia e elegendo seu primeiro prefeito²⁶.

A primeira eleição aconteceu em 3 de outubro de 1992 e o primeiro prefeito eleito foi Lairton Gomes Goulart, acompanhado de 8 vereadores que constituíram a Câmara Municipal no ano seguinte.

No ano de 1993, o Decreto Lei de nº 044 disciplina o turismo praticado por ônibus de fretamento no Município, o excursionismo, uma prática corrente nas praias paulistas com cobrança de taxas, se constituindo em tema polêmico.

Naquele mesmo ano, o processo de nº 157 institui a Lei Orgânica do Município de Bertioga, aprovada em 30/06/1993. Neste instrumento legal, o turismo aparece no Título I (disposições preliminares), no capítulo II - da competência do município e no Título V (da ordem social e econômica), com um capítulo próprio (IX) sobre a atividade.

Ao tratar da competência do município, o capítulo II em seu artigo 6º assevera que ao Município compete prover tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente atribuições específicas.

No inciso XXXIV está colocado: “promover e incentivar o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico, concedendo, se necessário,

²⁶ <http://www.camarabertioga.sp.gov.br/tpadrao.asp?id=5>. Acesso em 08/05/2007.

isenção temporária de impostos aos empreendedores do ramo que se instalarem no Município”.

O capítulo IX considera que o Município tem no turismo sua vocação primeira, apontando a preocupação local em regulamentar a utilização das praias, das atrações turísticas e a necessidade de normatização das atividades relacionadas ao setor. Em função da grande extensão litorânea, destaca o turismo náutico com marinas e outras formas de utilização dessa atividade no processo de desenvolvimento econômico-social. A possibilidade de incentivos fiscais e concessões por parte do poder público estimulando o desenvolvimento do turismo é colocada e é firmado o prazo de cento e vinte dias para o estabelecimento de política específica para desenvolvimento da atividade turística, através do Plano Diretor de Turismo, vinculado ao Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado.

Em 1998, cinco anos mais tarde, o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentado (PDDS) de Bertioga é aprovado, através da Lei de nº 315, de 29 de setembro de 1998, quando o arquiteto Luiz Carlos Rachid era o prefeito. Neste documento são fixados conceitos, objetos e diretrizes e ele tem uma preocupação ambiental explícita.

Sobre turismo, o capítulo II do PDDS, dos objetos e das diretrizes básicas, em seu artigo 3º, coloca o ordenamento das atividades do setor como um objetivo. Já no artigo 4º, com relação ao setor econômico, propõe

novamente a elaboração de um Plano Diretor de Turismo que forneça elementos seguros para o direcionamento do segmento²⁷.

O capítulo VI, Seção V, artigo 34 do referido plano estabelece que a Lei de Zoneamento definirá os locais das zonas urbanas de uso predominante, fixando-lhes as potencialidades de utilização, os usos permitidos, permissíveis e proibidos, normas e padrões relativos aos lotes urbanizáveis, forma de ocupação, recuos mínimos obrigatórios segundo os usos e outros parâmetros julgados adequados. De acordo com o Artigo 35, as áreas de uso preponderante do turismo são denominadas de ZTR – Zonas Turísticas.

Para as Zonas Turísticas sugere-se o ajardinamento ao longo da orla marítima, arborização com espécimes nativas da Mata Atlântica, reserva de alguns locais previamente escolhidos para a instalação de posto de salvamento do Corpo de Bombeiros e dotação de alguns poucos equipamentos, como sanitários, para pequeno comércio de petiscos e bebidas, alguma prática esportiva, ciclismo e caminhadas ao longo da praia, oferta de estacionamento de veículos particulares com previsão de vagas especiais para os veículos que conduzam deficientes físicos (Bertioga, 1998, p. 33).

Em campo, percebemos que nas proximidades da vila, local de formação de Bertioga, essas obras existem, com a construção de calçadas e o ajardinamento. Na medida em que nos distanciamos da área central, as obras ainda não se realizaram ou foram executadas parcialmente, não

²⁷ Como já havia sido apontado por Siqueira (2002: 132).

atingindo a totalidade da praia da Enseada, por exemplo. No caso do loteamento Indaiá, a obra de urbanização da Av. Thomé de Souza aconteceu, com a construção da praça e do ajardinamento. Porém, o sistema de iluminação não funciona, impedindo que os turistas se sintam seguros em fazer um passeio noturno e o ajardinamento é pouco cuidado. Destaque também para o esgoto que desemboca na praia, ao lado da praça, nela depositando dejetos e exalando um odor que incomoda os turistas, contribuindo para a inadequação do mar para banho.

Foto 8
Jardim Indaiá

Ajardinamento da Av. Thomé de Souza, esquina com Av. Lucas Carvalho, e sistema de iluminação inoperante, pois os fios elétricos foram roubados.

Final da Av. Lucas Carvalho. Esgoto desembocando na praia.

Foto: André Luiz Sabino, 2007

O eixo turístico composto pela rodovia Rio – Santos é considerado pelo município como uma potência em ecoturismo a ser explorada (p. 48), com a proposição de Parques Temáticos Ecoturísticos pra resolver o problema da sazonalidade, viabilizando a conservação e a fiscalização das áreas relativas ao sistema ambiental. As trilhas ao longo dos rios, como o Itapanhaú, são considerados como uma “estrada fluvial”, com a possibilidade de exploração ecoturística em escala internacional.

É somente, então, ao discutir o ecoturismo, que a prefeitura detalha o que entende por um Plano Diretor de Turismo, considerando que ele “deverá contemplar essa potencialidade, com o estudo de “marketing” necessário para

a divulgação dessa característica, neste campo específico de turismo, devendo a municipalidade contribuir com as diretrizes dele emanadas, ao mesmo tempo em que componentes como parques temáticos, áreas de preservação permanente, áreas de suporte ambiental, zonas de uso especial, RPPN'S (Reservas Privadas do Patrimônio Natural), parcerias com órgãos públicos e privados diretamente interessados no desenvolvimento do setor, mapeamento das trilhas ecológicas já existentes, um plano de manejo das trilhas visando o aproveitamento potencial de cada roteiro ecológico, elementos de hotelaria para atendimento desse segmento específico, transporte, e outras questões relacionadas, são de extrema importância para a necessária propaganda que divulgue tudo isso e que permita a criação de um novo campo de trabalho para a comunidade local" (p. 48-49). Este plano ainda não foi elaborado.

O Conselho Municipal de Turismo de Bertioga foi instituído pela Lei nº 325 de 1998, assim como o Fundo Especial de Turismo – FETUR.

O Conselho Municipal de Turismo (CONTUR) é um órgão colegiado com função consultiva, atuando junto à Secretaria de Educação e Desenvolvimento Cultural nas questões envolvendo o Turismo e a ele compete estabelecer políticas que visem o pleno desenvolvimento do Turismo local, como o planejamento municipal do turismo, através da elaboração de um Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico. Cabe ao órgão coordenar e incentivar o Turismo do Município, estabelecer diretrizes para um trabalho coordenado entre os serviços públicos municipais e as ações da iniciativa privada, com o objetivo de promover a infra-estrutura adequada à implantação e o desenvolvimento do

Turismo e a elaboração de seu Regimento Interno, submetendo tais atos à aprovação do Prefeito do Município.

Em 1998, o CONTUR foi composto por 17 (dezessete) membros, representantes das entidades governamentais e não-governamentais, nomeados por dois anos pelo Prefeito, através de uma portaria. Dele fizeram parte representantes do governo municipal, da sociedade civil e do poder legislativo.

No que tange ao Fundo Especial de Turismo – FETUR, ele deveria contar com recursos oriundos da arrecadação dos preços públicos cobrados pela utilização de equipamentos administrados pela Secretaria de Educação e Desenvolvimento Cultural, assim como através da arrecadação de ingressos públicos em eventos promovidos pela Secretaria citada, através da Diretoria de Turismo, de doações, legados, subvenções e contribuições de qualquer natureza, pelo saldo de exercícios anteriores, pelo produto da arrecadação de taxas, inscrições ou outras modalidades de cobrança na realização de eventos, apresentações, cursos, seminários e congêneres, a partir da assinatura de convênios destinados à assistência ao Turismo e, por fim, de outros produtos de arrecadação que lhe possam ser legalmente atribuídos. Cabe ressaltar que até o ano de 2006 a única verba deste Fundo era a taxa de entrada cobrada para os ônibus de excursão em Bertioga²⁸.

²⁸ Informação obtida em entrevista de campo, de um funcionário da Prefeitura Municipal de Bertioga, em 10/2006. O valor de entrada e o número de ônibus que entram no município de Bertioga não foram levantados.

Os recursos deste fundo, pela lei original, se destinariam a desenvolver, incentivar e contribuir para a manutenção das atividades turísticas no Município, promover ou incentivar, periodicamente, festivais, feiras, congressos, concursos, exposições, cursos e semanas comemorativas, custear despesas com trabalhos que visem à elevação do Turismo no Município, fornecer meios, quando necessários e possíveis, para a participação de delegações em festivais, cursos, congressos e semanas comemorativas de âmbito municipal, estadual, nacional e internacional, contribuir em campanhas institucionais do Município, contratar serviços temporários, quando necessários, investir na infra-estrutura, no acervo e dotar os pontos turísticos de equipamentos, conforme definido no Planejamento do Turismo e, investir no treinamento e aperfeiçoamento dos recursos humanos no Departamento de Turismo.

O FETUR deveria ser administrado por um conselho diretor integrado por 05 (cinco) membros eleitos pelos conselheiros integrantes do CONTUR entre seus pares e nomeados pelo Prefeito do Município.

Em Bertioga, a tutela do turismo está a cargo da Secretaria de Turismo, Comércio e Assuntos Náuticos, instalada em uma residência no Jardim Veleiros. As principais competências do órgão são incentivar a instalação de equipamentos, hotéis, marinas e demais atividades de interesse que possam atrair turistas, visitantes, investidores e afins; elaborar calendário anual de eventos e divulgá-lo junto a órgãos oficiais, operadores de turismo, feiras, congressos, imprensa e guias turísticos; identificar o potencial e os

equipamentos existentes e incrementar o seu desenvolvimento; valorizar os pontos principais com planejamento urbano, paisagismo e comunicação visual; coordenar e disciplinar o fornecimento de licença para os ambulantes e coordenar a fiscalização de ambulantes, além da execução dos serviços, controle e demais atividades necessárias ao cumprimento de suas atribuições²⁹.

Além da sede da Secretaria de Turismo, encontramos também, na cidade, dois centros de informações turísticas. Um localizado na Av. 19 de Maio, no trevo de entrada da cidade e outro no Portal da Riviera de São Lourenço. No centro de informações turísticas da Av. 19 de Maio conseguimos um estudo sobre a demanda turística de Bertioga (Monti, 2005), dados sócio-econômicos sobre o Município e dados de um estudo realizado sobre a área³⁰, único material fornecido sobre o município por um agente de turismo.

Já em campo, encontramos um “descontínuo e alongado canteiro de obras”³¹ com serviços urbanos sendo executados em função da presença de empreendimentos imobiliários, tanto horizontais como verticais, e toda a infraestrutura que esse tipo de atividade demanda. Com relação ao turismo, lembramos da praça do loteamento Indaiá, que foi reurbanizada e eletrificada, mas teve sua fiação elétrica furtada por três vezes no último ano³², estando às escuras, exemplo concreto de uma das diversas fragilidades a serem resolvidas em um “município turístico”.

²⁹ <http://www.bertioga.sp.gov.br/orgao.asp>. Acesso em 08/05/2007.

³⁰ Calendário de eventos 2005; alimentação e hospedagem; informações gerais – como chegar; bancos, táxis e telefones úteis; agenciamento, serviços e comércio; atrativos culturais-naturais.

³¹ Cruz (2002: 156) utiliza este termo para referir-se a urbanização turística do litoral nordestino.

³² Observação realizada em campo (março/2007).

Capítulo 2 – Bertioga: espaço, turismo e capital imobiliário

O capital imobiliário tem sido, em Bertioga, fundamental na produção do espaço. Empreendimentos imobiliários, desde os pequenos até os de grande monta, vêm se instalando no município nos últimos anos de forma intensa.

A expansão das segundas residências no litoral sudeste brasileiro tem uma relação direta com a construção de autopistas que melhoraram a circulação e o acesso ao mar, com as inaugurações da Via Anchieta - 1947 e 1953 e da Rodovia dos Imigrantes – 1974 e 1976³³, o Sistema Anchieta - Imigrantes. Esses objetos técnicos intensificaram a produção do espaço em Santos e suas modernizações possibilitaram a ampliação da produção do espaço em direção à Baixada Santista e ao Litoral Norte.

A ligação embrionária entre Guarujá e Bertioga acontece e a Rodovia Mogi-Bertioga, inaugurada em 1982, amplia o acesso à Praia da Enseada, um evento que se instala e aproxima ainda mais da praia os moradores da Região Metropolitana, iniciando uma nova forma de se produzir o espaço.

Bertioga e a hegemonia do capital imobiliário.

Os territórios litorâneos atraem investidores imobiliários e Bertioga não é uma exceção, pois no século XX vislumbramos a aceleração de seu processo

³³ http://www.der.sp.gov.br/malha/historico_rodovias.aspx#anchieta_imigrante. Acesso em 11/05/2007.

de urbanização. A conjugação de atributos naturais como a Serra do Mar, a praia e o Sol, de grande valor para a prática do turismo, além da busca incansável pela reprodução do capital, é o motor desse processo. Oliveira (1999, p. 191) considera que “no caso da transformação do tempo do ócio como negócio, entra em jogo o que Lefebvre (1976) chama de emergência de novas raridades [...] O espaço é uma destas raridades, especialmente se acompanhado de atributos como natural, rural, verde, conservado etc”.

Dessa forma, o espaço natural de Bertioga vem sendo produzido e transformado, ampliando as possibilidades para os sujeitos sociais “tomadores” das decisões, ditos hegemônicos que, à revelia, lotearam e loteiam o espaço bertioguense. Estes, por sua vez, trazem o universal ao lugar; os turistas, com seus novos modos de vida e suas novas lógicas de uso e apropriação do espaço, são o elo desta ligação.

A fusão de capitais dá origem à Cia. Urbanística de Bertioga, que inicia a abertura de novos loteamentos e atrai, junto consigo, diversos sujeitos sociais: construtores, incorporadores e imobiliárias. Parte destes empresários é oriunda de São Paulo.

Nos anos de 1960 a expansão da urbanização continua e, em 1970, com a difusão do período técnico-científico-informacional, Bertioga se insere definitivamente no circuito da reprodução do capital, com a maciça presença de agentes hegemônicos, ávidos pela ampliação de seus lucros.

Neste momento a proximidade de São Paulo com Bertioga é um fato significativo; são pouco mais de 100 km e de uma hora que separam a praia de uma considerável massa de potenciais turistas³⁴.

É assim que a construção das segundas residências toma corpo e vai ocupando o território. De um lado leva a novidade ao lugar, no sentido do contato dos moradores locais com as inovações trazidas pelos novos agentes produtores do espaço e pelos freqüentadores e, por outro, exige um contingente de mão-de-obra ligada à construção civil que se desloca rumo ao litoral que, com pouco preparo técnico e baixa remuneração, ocupa as áreas públicas e as margens de rios, acelerando o surgimento de áreas de favelas.

³⁴ Fato apurado em entrevista na Secretaria de Habitação e Planejamento de Bertioga, em 24/05/2007.

O fenômeno das segundas residências.

As segundas residências, nos recenseamentos feitos pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), são consideradas domicílios particulares de uso ocasional, entendidas como a segunda moradia de uma família, destinada aos períodos de férias escolares, assim como para os finais de semana e períodos prolongados, que perfazem até cinco dias consecutivos. Atualmente, nos censos demográficos são registrados os domicílios particulares ocupados, os fechados, os vagos e os de uso ocasional.

Uma característica diferencial da segunda residência, de acordo com Lauger et al (1990:201), é o:

caráter temporal de sua ocupação, diferente da primeira residência ou residência permanente. Esta característica vem determinada por seu outro componente diferenciador que é sua orientação para as atividades do ócio e de relaxamento.

Do ponto de vista da morfologia edificatória dos domicílios, os autores consideram a existência de dois tipos: as residências unifamiliares com jardim, com baixa densidade, que prevalecem em Bertioga³⁵, à exceção dos condomínios fechados, como a Riviera de São Lourenço, e também os edifícios coletivos de moradias com densidades médias ou altas, o que começa a ocorrer em Bertioga com a mudança do gabarito das construções verticalizadas de 3 para 10 andares, como é o caso do Condomínio Helbor Atlantis, entregue em dezembro de 2004, com 2 torres de 10 andares e 30 metros de altura cada uma³⁶.

³⁵ Ver também Duarte, 2001, p. 121.

³⁶ <http://www.helbor.com.br/institucional/PDF/helbornewsdezembro2004.pdf>. Acesso em 18/05/2007.

Para Tulik (2001, p. 72), a cidade de São Paulo foi o ponto de partida para uma “primeira onda de residências secundárias”, em função do seu crescimento populacional e de sua expansão urbana que ocupa as regiões norte da cidade, junto à Serra da Cantareira e também a região da represa de Santo Amaro.

As ondas seguintes de urbanização alcançaram lugares vizinhos à metrópole, sendo a melhoria de circulação condição para tal e, também, para se fazer turismo. A década de 1960 foi o momento em que a malha rodoviária cresceu e a seguinte, os anos 70 foi o momento de sua modernização (Cruz, 2001, p. 79), criando condições para a aceleração da urbanização de Bertioga e o aumento no número de suas residências secundárias.

O estabelecimento de uma rede viária pode favorecer o desenvolvimento desigual de determinados territórios, pois a edificação de uma autopista, a ampliação de uma rodovia ou a modificação de seu traçado favorece o acesso a certos lugares (Llauger e Socias, 1990), como foi o caso da Mogi-Bertioga, por nós considerada um dos mais importantes eventos no que tange à transformações espaciais experimentadas por Bertioga nas últimas décadas. Entre seus desdobramentos, destacam-se:

- o desenvolvimento da construção de segundas residências.
- a diminuição da distância temporal entre a primeira e a segunda residência, assim como da distância subjetiva percebida, ao se evitar travessias e problemas de congestionamento de tráfego com paradas ou diminuição de velocidade.
- o incremento do preço de bens imóveis e do processo de especulação.
- o aumento dos movimentos recorrentes por motivo de trabalho e lazer até as zonas de acolhida com o conseqüente incremento de tráfego em horas e dias pontuais.

- o processo de transformação de segunda em primeira residência, com o correspondente incremento da população residente, sobretudo nos municípios próximos às principais capitais. (Llauger e Socias, 1990, 225-6).

No que se refere à relação entre turista e território, Sánchez (1991)³⁷, assinala a existência de duas situações possíveis. Uma delas é aquela em que não há o estabelecimento de vínculo entre o turista e o território, quando se utilizam hotéis, como os *resorts* localizados no Nordeste brasileiro, onde se permanece uma semana hospedado e o que se conhece é o aeroporto, quase nada mais, além disso. Alguns desses *resorts* são verdadeiros *pseudo-lugares*, conforme Cruz (2007, p. 23), que toma como exemplo o conhecido complexo hoteleiro de Costa do Sauípe, na Bahia, constituído por cinco hotéis *resorts* de bandeira internacional:

encravado no litoral do Município de Mata de São João, Costa do Sauípe destoa completamente de seu entorno pobre e simula, intramuros, a Bahia que todos nós brasileiros gostaríamos que existisse: sem pobreza, sem violência, esteticamente impecável, uma pseudo-Bahia.

A outra situação é aquela em que o turista é proprietário de uma segunda residência, ou costuma voltar ao lugar visitado com alguma frequência, seja alugando uma casa por mais de uma vez ou utilizando o imóvel de um amigo ou pessoa de sua família. Nesses casos, o vínculo do turista com o lugar é menos instável ou fugidio.

O IBGE adotou a denominação “domicílios particulares de uso ocasional” somente a partir do censo de 1980, sendo que anteriormente esses eram categorizados como domicílios fechados, o que impedia a obtenção de dados estatísticos precisos sobre os mesmos.

³⁷ Ver também Cruz, 2001, p. 58-59.

A dificuldade em obter dados estatísticos sobre os domicílios não é somente brasileira. Na Espanha, o primeiro censo a diferenciar esses dois tipos de residências foi o de 1970 (Llauger *et. al.*, 1990:204), antes denominados de “moradias ocupadas parte do ano”. Mesmo após 1981, confusões aconteceram na contabilidade das residências secundárias espanholas, ressaltando a necessidade da unificação dos conceitos relacionados à temática visando melhor precisar os levantamentos, o que é possível mediante a transmissão de critérios claros para os entrevistadores.

Percebemos que, no Brasil, os problemas relacionados ao levantamento dos domicílios particulares de uso ocasional, as segundas residências, foi resolvido a partir dos levantamentos feitos para o ano de 1980, quando passaram a utilizar essa definição para fins censitários.

Como nossa investigação discute o crescimento das segundas residências em um município litorâneo paulista, optamos em analisar, inicialmente, o crescimento populacional desta região para, em seguida, nos debruçarmos sobre a questão das residências secundárias litorâneas paulistas.

No que diz respeito ao crescimento populacional dos municípios litorâneos paulistas, deparamo-nos com uma situação particular (ver tabela 01). O Estado de São Paulo apresenta um crescimento populacional 1,58% acima da média nacional. Somente Santos (0,13%), Iguape (7,16%) e São Vicente (13%) apresentam índices inferiores aos crescimentos nacional e estadual. Os demais 12 municípios apresentam índices superiores de crescimento

populacional: Bertiooga (161,87%), Ilha Comprida (143,25%), Mongaguá (84,47%), São Sebastião (71,25%), Peruíbe (56,99%), Praia Grande (56,76%), Itanhaém (56,26%), Ilha Bela (53,91%), Caraguatatuba (49,25%), Ubatuba (41,06%), Guarujá (25,98) e Cubatão (18,84%).

Bertiooga, líder do incremento populacional no período compreendido entre os anos de 1991 e 2000, aumentou 161,87% seu universo populacional: 1.245 vezes mais que Santos (0,13%), o município de menor crescimento, 10,3 vezes em relação ao Brasil (15,65%) e 9,4 vezes mais que o Estado de São Paulo (17,23%).

Tabela 01 Municípios do litoral paulista Crescimento populacional 1991/2000 (%)				
Município	População 1991 (habitantes)	População 2000 (habitantes)	Crescimento (nº)	Crescimento (%)
Bertiooga	11.471	30.039	18.568	161,87
Cananéia	10.144	12.172	2.028	19,99
Caraguatatuba	52.878	78.921	26.043	49,25
Cubatão	91.136	108.309	17.173	18,84
Guarujá	210.207	264.812	54.605	25,98
Iguape	25.594	27.427	1.833	7,16
Ilha Bela	13.538	20.836	7.298	53,91
Ilha Comprida	2.756	6.704	3.948	143,25
Itanhaém	46.074	71.995	25.921	56,26
Mongaguá	19.026	35.098	16.072	84,47
Peruíbe	32.773	51.451	18.678	56,99
Praia Grande	123.492	193.582	70.090	56,76
Santos	417.452	417.983	531	0,13
São Sebastião	33.890	58.038	24.148	71,25
São Vicente	268.618	303.551	34.933	13,00
Ubatuba	47.398	66.861	19.463	41,06
SP (Estado)	31.588.925	37.032.403	5.443.478	17,23
Brasil	146.825.475	169.799.170	22.973.695	15,65

Fonte: IBGE, Censos demográficos. 1991 e 2000.

Organização: André Luiz Sabino, 2006.

Focando a Região Metropolitana da Baixada Santista nos deparamos com uma situação parecida com aquela que ocorre em todo o litoral paulista (Ver Tabela 02).

Os municípios pertencentes à Baixada Santista apresentam, via de regra, taxas de crescimento populacional superiores ao que ocorre nas escalas estadual e nacional. De 1970 até 1980 somente Bertioga e Santos apresentam taxas de crescimento inferiores ao universo em questão, com 18,5 e 20,6% respectivamente. Nesta década o crescimento do município de Praia Grande (235%) e Peruíbe (164,2%) são elevados, sendo que Praia Grande cresce aproximadamente 5 vezes mais que a Região Metropolitana da Baixada Santista, 5,7 vezes que o Estado e 8,5 vezes mais que o Brasil. Tal incremento populacional pode e deve ser associado ao dinamismo econômico do setor de serviços e do setor da construção civil, neste caso profundamente imbricados.

Tabela 02							
Evolução da população residente na Região Metropolitana da Baixada Santista - 1970 / 2000							
Anos	1970	1980		1991		2000	
Município	População Absoluta	População Absoluta	Crescimento do período anterior (%)	População Absoluta	Crescimento do período anterior (%)	População Absoluta	Crescimento do período anterior (%)
Bertioga *	3.573	4.233	18,5	11.473	171,0	30.039	161,8
Cubatão	50.906	78.630	54,5	91.136	15,9	108.309	18,8
Guarujá	94.021	151.127	60,7	210.207	39,1	264.812	26,0
Itanhaém	14.515	27.464	89,2	46.074	67,8	71.995	56,3
Mongaguá	5.214	9.927	90,4	19.026	91,7	35.098	84,5
Peruíbe	6.966	18.407	164,2	32.773	78,0	51.451	57,0
Praia Grande	19.704	66.011	235,0	123.492	87,1	193.582	56,8
Santos	342.057	412.448	20,6	417.450	1,2	417.983	0,1
S.Vicente	116.485	193.002	65,7	268.618	39,2	303.551	13,0
RMBS	653.441	961.249	47,1	1.220.249	26,9	1.476.820	21,0
São Paulo	17.670.013	24.953.238	41,2	31.588.925	26,6	37.032.403	17,2
Brasil	93.141.007	119.004.686	27,8	146.827.466	23,4	169.799.170	15,6

* Emancipado de Santos no ano de 1991

Fontes: IBGE Censos 1970, 1980, 1991 e 2000.

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE (<http://www.seade.gov.br/>).

Organização: André Luiz Sabino, 2007.

Na década seguinte, entre os anos de 1980 e 1991, é o crescimento populacional de Bertioga que chama atenção, com uma taxa de 171%. Neste

período a população de Santos cresce somente 1,2% e Cubatão 15,9%, abaixo do global das médias consideradas. O crescimento populacional dos municípios de Mongaguá (91,7%), Praia Grande (87,1%), Peruíbe (78%) e Itanhaém (67,8%) também se destacam, pois os mesmos cresceram entre 2,5 e 4 vezes mais que as médias metropolitana, estadual e nacional.

Para o período compreendido entre os anos de 1991 e 2000, o crescimento populacional de Bertioga continua, mantendo médias superiores e crescendo mais que 10 vezes a média nacional. O quarteto formado pelos municípios de Mongaguá (84,5%), Praia Grande (56,8%), Peruíbe (57,0%) e Itanhaém (56,3%) mantém sua elevada taxa de incremento populacional, apesar de apresentar índices menores de crescimento.

As elevadas taxas de crescimento populacional em direção ao extremo norte da Região Metropolitana da Baixada Santista, representadas pelo município de Bertioga, assim como em direção aos quatro municípios do sul desta Região - Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe, indicam o esgotamento espacial de Santos, Guarujá e São Vicente, onde áreas para a construção de novos empreendimentos imobiliários são restritas, uma “saturação dos espaços imobiliários litorâneos, que, cada vez mais raros, tendem a aumentar de valor, aumentando o processo de especulação imobiliária sobre as áreas em poder de comunidades tradicionais ou que ainda mantém certo grau de preservação de seus recursos naturais” (Duarte, 2001: 117).

Com relação às segundas residências ou domicílios particulares de uso ocasional para essa região, encontramos uma situação particular. Como se pode auferir por meio da tabela 03, há um aumento no número de segundas residências no Estado de São Paulo. Em 1980³⁸ elas representavam 3,3% do total de domicílios particulares estaduais e, em 2000, sua participação subiu para 5,6% do universo. Isso permite concluir que, em 20 anos, o Estado de São Paulo agregou quase meio milhão de domicílios particulares (484.906) destinados ao uso para lazer e férias, denotando a importância em se analisar as segundas residências em função das suas elevadas taxas de crescimento no cenário estadual, supomos também nacional, com destaque para os municípios litorâneos e os efeitos espaciais daí decorrentes.

Com relação à Região Metropolitana da Baixada Santista, os indicadores demonstram a elevação do número de domicílios de uso ocasional de 31 e 35% no período analisado.

Entre os municípios percebemos diferenças na concentração do número de domicílios destinados ao lazer. Bertioga (64,1%), Mongaguá (64%), Praia Grande (58,2%) e Itanhaém (52,6%) apresentam a maior parte de seus domicílios destinados ao uso ocasional. Peruíbe (47%) e Guarujá (35,6%) têm um percentual considerável de residências secundárias, São Vicente (13%) e Santos (12,2%) apresentam um índice baixo e Cubatão (0,9%), um índice

³⁸ Faz-se necessário ressaltar que os levantamentos censitários do IBGE somente contaram os domicílios de segunda residência a partir de 1980, quando os mesmos foram considerados fechados, o que possibilita confusões no levantamento dessa categoria, superestimando-a. Somente a partir do censo de 1991 é que se contabilizam as casas e apartamentos destinados às férias e finais de semana prolongados, como sendo de domicílios particulares de uso ocasional. É necessária a explicitação desse critério junto ao recenseador (Llauger et al, 1990, p. 204).

Tabela 03
Região Metropolitana da Baixada Santista
Domicílios particulares e de domicílios particulares de uso ocasional

Município	1970			1980			1991			2000		
	Domicílios particulares	Domicílios Fechados ³⁹	Domicílios Fechados %	Domicílios particulares	Domicílios particulares de uso ocasional ⁴⁰	Domicílios Particulares. de uso ocasional %	Domicílios particulares	Domicílios particulares de uso ocasional	Domicílios Particulares de uso ocasional %	Domicílios particulares	Domicílios particulares de uso ocasional	Domicílios Particulares. de uso ocasional %
Bertioga	Distrito de Santos						10.768	6.834	63,5	26.054	16.691	64,1
Cubatão	11.253	40	0,4	19.428	46	0,2	23.808	61	0,3	33.663	313	0,9
Guarujá	27.040	6.325	23,4	54.534	17.031	31,2	94.084	37.903	40,3	126.452	44.981	35,6
Itanhaém	7.852	4.077	51,9	17.090	8.454	49,5	32.935	18.702	56,8	50.877	26.752	52,6
Mongáua	5.485	3.879	70,7	9.524	6.483	68,1	18.791	13.064	69,5	33.103	21.183	64,0
Peruíbe	2.916	1.095	37,6	10.070	4.314	42,8	20.512	10.634	51,8	32.007	15.049	47,0
Praia Grande	32.421	25.184	77,7	63.342	42.329	66,8	109.716	69.354	63,2	160.133	93.275	58,2
São Vicente	43.452	13.072	30,1	63.587	12.480	19,6	91.247	15.854	17,4	111.171	14.454	13,0
Santos	109.483	20.818	19,0	135.379	18.777	13,9	166.086	28.434	17,1	170.252	20.816	12,2
RMBS	239.902	74.490	31,1	372.774	109.914	29,5	567.947	200.840	35,4	743.712	253.514	34,1
São Paulo	-			6.777.617	222.069	3,3	9.484.704	459.597	4,8	12.652.045	706.975	5,6

Fontes: Duarte, 2001, p. 119 (modificado)
IBGE – Sinopse preliminar do censo demográfico. Anos 1970, 1980, 1991 e 2000.
Organização: André Luiz Sabino, 2007.

³⁹ Até o Censo de 1970, o IBGE considera somente os domicílios ocupados, vagos e fechados. O conceito, portanto, pode inflar ou superestimar o fenômeno das segundas residências.

⁴⁰ A partir de 1980, O IBGE considera os domicílios ocupados, vagos, fechados e de uso ocasional (segundas residências)

inexpressivo, talvez pelo fato de ser o município com um grande pólo industrial, o elo de ligação planalto – litoral.

Sobre a ocupação peculiar de Cubatão, Duarte (2001, p. 127) pondera que:

Cubatão, que quase não apresenta imóveis de segunda residência, apresentou um crescimento populacional único na região, totalmente atrelado à instalação de um complexo industrial petroquímico, fruto da ação estatal na escolha de lugares para investimentos prioritários, a partir da concessão de incentivos e subsídios. [...] Estas indústrias atraíram fluxos migratórios que não conseguiram ser absorvidos pela economia local, constituindo-se um problema para as administrações locais, aumentando a demanda sobre os serviços urbanos e de assistência social, além de aumentar a quantidade de favelas.

No caso de Bertioga, os dados apontam para um esgotamento na disponibilidade de áreas para expansão urbana, posto que o município tem 85% de seu território protegido por legislação ambiental.

Os condomínios horizontais de Bertioga destacam-se. A Lei 317/1998, de uso e ocupação do solo, possibilita a verticalização em determinadas áreas, permitindo a construção de edifícios de até 10 pavimentos. Quando o uso e ocupação do solo no município estavam sob a tutela de Santos, na praia da Enseada, por exemplo, era permitida a construção de edifícios de até 3 pavimentos. A lei santista 4.078/1976, que propunha o “projeto ecológico” para Bertioga, visando impedir a ocupação irracional e indiscriminada do território, foi “flexibilizada” em 1982, quando prédios de até 10 pavimentos, apesar da falta de esgoto, dentre outras necessidades básicas do município, são

permitidos. Para a praia de São Lourenço, porém, altos prédios são permitidos⁴¹, viabilizando o surgimento da Riviera.

*Segundas residências e capital imobiliário*⁴²

Analisando as segundas residências no México e lançando foco sobre sua ligação com a cidade de Acapulco, Hiernaux-Nicolas (2005) ressalta que a construção da rodovia que liga as duas cidades durante o governo de Carlos Salinas (1988-1994), “foi decisiva para a transição de um modelo de dominância hoteleira para um modelo residencial”. É o que ocorreu com Bertioga, com a particularidade de que nesse município há uma pequena presença hoteleira, devido, em parte, à sazonalidade presente no Sudeste brasileiro, bastante significativa se comparada ao potencial litorâneo mexicano ou nordestino brasileiro.

A construção da Rodovia Mogi-Bertioga, possibilitou a multiplicação de loteamentos destinados a uma classe média possuidora de capacidade financeira que, apesar das crises econômicas da chamada década perdida, vai ocupar de forma expressiva a Praia de Indaiá, a mais próxima da desembocadura da Rodovia em questão (foto 09).

A especulação imobiliária, a presença de empresários ligados ao setor, de mão-de-obra necessária para a construção e manutenção dos imóveis, as novas formas de uso do território e o contato entre diferentes perspectivas no

⁴¹ <http://www.novomilenio.inf.br/bertioga/bh003b.htm>. Acesso em 02/08/2007.

⁴² Ver também Sabino, 2007.

trato com o cotidiano passam a ser marcas do território de Indaiá, o que acontece, paralelamente, em todo o território de Bertioga e em muitas porções do litoral paulista.

Foto 09

Final da Rodovia Mogi-Bertioga e início do Loteamento Indaiá, após o entroncamento com a Rodovia SP 55

Foto: André Luiz Sabino, 2006

O tempo lento, de relativo isolamento e repouso do espaço bertioguense, há muito não é o mesmo e o aspecto de vila cedeu e continua cedendo lugar, paulatinamente, a novas paisagens, regidas pela incorporação do espaço litorâneo ao circuito das trocas.

As relações entre processo de produção - desenvolvimento das forças produtivas produzem no mundo moderno, novas possibilidades de realizar a acumulação, que em sua fase atual, liga-se cada vez mais à produção do espaço – produção que se coloca numa nova perspectiva, onde novos lugares ganham valor de uso.
(Carlos, 1999, p. 64).

Ao longo da década de 1990, consolida-se um outro movimento com o esgotamento espacial das praias de Santos⁴³ e Guarujá, principalmente, quando os agentes produtores de uma urbanização turística começam a direcionar seus investimentos para o recém emancipado município de Bertioga.

Dadas, todavia, as características ambientais de Bertioga, este feroz processo de urbanização turística se dá com importantes custos ambientais como, por exemplo, o aterro de mangues e o desmatamento de restingas.

Os grandes empreendimentos imobiliários

Em Bertioga encontramos grandes condomínios e loteamentos, que ocupam consideráveis extensões territoriais. A concretização destes empreendimentos acontece a partir da década de 1970, com o arruamento dos loteamentos e a redução da vegetação original. Nesse momento percebe-se o capital buscando sua reprodução via parcelamento do solo e pela construção civil, que contou com a aprovação e conivência do poder público municipal, visto que a aprovação dos loteamentos e condomínios passou pelo poder público, que possibilitou uma especialização produtiva dessa parcela do território pela atividade do turismo (tabela 04 e figura 07).

Exemplo de loteamento de grande extensão espacial é a Riviera de São Lourenço, que ocupa 9.000.000 m², ou seja, a quase totalidade da praia de

⁴³ Seabra (1979) aponta que o esgotamento em Santos ocorre já na década de 1970, forçando o capital imobiliário a migrar para o restante da Baixada Santista, assim como para o Litoral Norte.

mesmo nome. A implementação do maior empreendimento voltado para segundas residências em território nacional, se deu no final da década de 1980.

Tabela 04 Bertioga Condomínios e loteamentos de grande porte				
Condomínio	Lançamento	Praia	Área	Particularidades
Morada da Praia	1981 (Stand de vendas)	Boracéia ("lugar de muita gente")	6 km de extensão e 60 km de ruas.	Clube e mini Shopping.
Costa do Sol	-	Guaratuba	-	Dividido em quadras.
Riviera de São Lourenço	1979 (Praias Paulistas SA, Fazenda Acaraú e Sobloco)	Praia de São Lourenço	9 milhões de m ² .	Estação de Tratamento de Água (água do Rio Itapanhaú). Estação de Tratamento de Esgoto. Prédios de 4 até 9 pavimentos. 40% da área destinada a residências de até 500 m ² . 2 milhões de reais de IPTU / mês. Coleta Seletiva de lixo (Orgânico é recolhido pela PMB) Possui Associação de Amigos (AARSL) 1.000 moradores fixos. Não tem barracão para peões de obra, utilizam os disponíveis em Bertioga. 1.600 casas, 33 condomínios horizontais e 152 condomínios verticais ⁴⁴ .
Condomínio Hanga Roa.	1994 / 1996	Praia da Enseada	325.000 m ² .	Status de condomínio. 446 lotes em 3 módulos (70 vagos). Trem transporta os condôminos até a praia. Possui 3 áreas de lazer (bosque, quadra de tênis e <i>playground</i>). Lotes de 390 a 2600 m ² . Casas com fossa séptica. Areia trazida do litoral sul (Peruíbe) 60 – 80 funcionários.
Condomínio Bougainvillée	1986	Praia da Enseada	900 mil m ² .	Bougainvillée IV – Itacaré (sendo comercializado) 99 lotes (13 x 30 m e 13 x 34 m, 390 e 442 m ²) Segue até o módulo VI, sendo lançado por sequência mercadológica. Valor médio do terreno R\$ 87.000,00. Rede de esgoto da Sabesp.

Organização: André Luiz Sabino, 2007.

⁴⁴ http://atribunadigital.globo.com/bn_conteudo.asp?cod=301486.

Figura 07
Bertioga – condomínios

Fonte: DER SP (modificado).
Elaboração: André Luiz Sabino 2007

Sem escala

“Foi a partir de um vôo de helicóptero sobre a Praia de São Lourenço que a Riviera de São Lourenço, no ano de 1979, começou a tomar forma. Os diretores das empresas proprietárias da gleba – Praias Paulistas e Companhia Fazenda Acaraú – iniciavam os entendimentos com a diretoria da Sobloco Construtora S.A. para a urbanização daquela área. Em agosto do mesmo ano, o contrato estava assinado e o traçado da malha viária, de autoria dos arquitetos Oswaldo Correa Gonçalves e Benno Perelmutter, em obediência às diretrizes fornecidas pela Prefeitura do Município de Santos, de quem Bertioga era subprefeitura, representou o ponto de partida do Plano Urbanístico”⁴⁵.

Este projeto está implantando sua segunda fase. Nos finais de semana, a população na Riviera gira em torno de 10 mil pessoas e, nos feriados e férias, cerca de 45 mil pessoas. No interior do empreendimento há um *shopping center* com 50 lojas, restaurantes, espaço cultural e de leilões, postos de gasolina e de serviços, agência bancária, postos 24 horas, capela com missas semanais e atendimento social através da Fundação 10 de agosto, consultórios médico e dentário, correios, escolas (pública e particular), feira livre, serviços gerais de mecânico, borracharia, eletricitista, chaveiro etc⁴⁶.

Um outro condomínio fechado em território bertioguense é o Hanga Roa, de elevada qualidade construtiva, localizado na Praia da Enseada. Sua área é de 325.000 m², ocupada por 446 lotes que variam de 390 a 2600 m² com 200 residências de alto padrão já construídas.

⁴⁵ Disponível em <http://www.rivieradesaolourenco.com/web/site/Sobre.Historia.asp>. Acesso em 06/11/2006.

⁴⁶ Segundo informações obtidas in loco, há atualmente cerca de 3.000 residentes na Riviera de São Lourenço. Parte desta população fixa é de trabalhadores que moram no próprio condomínio, como caseiros e zeladores de prédios.

Sua urbanização, de acordo com a executora do projeto, a Enplan, foi pensada visando o bem-estar de seus moradores⁴⁷. A infra-estrutura necessária para o condomínio foi consolidada até o ano de 1996 e as primeiras casas começaram a ser construídas em 1998. O empreendimento tem três áreas de lazer (bosque, quadra de tênis e *playground*) e um trenzinho que transporta os condôminos até a praia (ver figura 08), com área exclusiva e areias mais claras trazidas de Peruíbe, no litoral sul de São Paulo (Sabino, 2007).

Fato que chama a atenção neste empreendimento, a partir de sua portaria, é o das residências terem um porte considerável, construídas muito próximas umas das outras e em terrenos com uma metragem pequena, cerca de 390 m², o que caracteriza a maximização do lucro por meio de um empreendimento voltado para o turismo.

⁴⁷ http://www.enplan.com.br/?area_obras&obra=27. Acesso em 06/11/2006.

Figura 08
Condomínio Hanga Roa

Acesso à praia
www.enplan.com.br/

Entrada do condomínio
Foto: André Luiz Sabino, 2007

Foto de Satélite
Fonte: *Google Earth*

Elaboração André Luiz Sabino, 2007

Também na Praia da Enseada encontramos o condomínio fechado Boungainvillée, cuja etapa IV está sendo comercializada também pela Enplan, a mesma empresa de engenharia, construção e empreendimentos imobiliários responsável pelo Hanga Roa (ver figura 09).

Figura 09
Condomínio Boungainvillée

Imagem de Satélite do empreendimento
Fonte: Google Earth
Elaboração: André Luiz Sabino, 2007

Out door de comercialização

Stand de vendas
Fotos: André Luiz Sabino, 2007

A etapa IV do Bougainvillée conta com 99 lotes com áreas de 390 e 442 m², que custam cerca de R\$ 87.000,00, podendo ser pagos em 15 parcelas sem correção ou de 36 a 72 parcelas, corrigidas pelo IGPM. As construções devem ter, no mínimo 150 m², com 9m de altura máxima, não sendo permitidas construções pré-fabricadas. Conforme apuramos em visita ao Stand de vendas do empreendimento, ele seguirá até o loteamento Bougainvillée VI, conforme seqüência mercadológica de venda. A etapa IV será servida por rede de esgoto a ser implantada pela Sabesp.

A clara hegemonia do capital imobiliário pode ser percebida em Bertioga através do expressivo número de condomínios à venda e em construção. Cabe destacar que essa dinâmica coloca em contato diversos sujeitos sociais: alguns vivendo cotidianamente o lugar, outros de forma esporádica e ainda os que o “vivem” à distância⁴⁸.

Em Indaiá, especificamente, a produção do espaço e o uso diferenciado do território são fatos consumados, com a contínua reconstrução do cotidiano. Novos objetos são instalados e antigos são requalificados, espelhando e possibilitando novas ações.

⁴⁸ Os moradores locais de Bertioga vivem o lugar cotidianamente; os turistas esporadicamente e, por fim, os agentes hegemônicos, os detentores do capital imobiliário, vivem o lugar à distância, visto que seus escritórios não estão localizados em Bertioga. O escritório da empresa Praias Paulistas S/A fica no município de São Paulo no bairro dos Jardins, assim como a Cia. Fazenda Acaraú.

Capítulo 3 - Loteamento Indaiá: realidade e possibilidades.

“Em cada lugar o tempo atual se defronta com o tempo passado, cristalizado em formas”

Milton Santos, 2004, p. 140.

No espaço, o lugar nos dá a dimensão pontual dos acontecimentos, da chegada de determinados eventos, acontecendo individualmente ou em feixes, que levam o mundo ao lugar, possibilitando / dificultando determinadas ações de toda sorte de agentes, possibilitando e impondo ações, reconfigurando o território e gerando conflitos. Assim a produção do espaço se dá, pois o “o lugar não é um fragmento, é a própria totalidade em movimento que, através do evento, se afirma e se nega, modelando um subespaço do espaço global”⁴⁹.

Ao estabelecer uma relação com o mundo, o lugar muda a si e ao próprio mundo, pois “mesmo nos lugares onde os vetores da mundialização são mais operantes e eficazes, o território habitado cria novas sinergias e acaba por impor, ao mundo, uma revanche” (Santos, 2002, p. 15). Por isso o lugar “é, à sua maneira, o mundo. [...] Mas também, cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais” (Santos, 2004, p. 228).

É na contradição entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular (Carlos, 1999) que ocorre a produção do lugar, pois ele “é uma combinação quantitativa e qualitativamente específica de vetores (sementes melhoradas ou menos boas; mais ou menos adubos; chegada

⁴⁹ Maria Laura Silveira. “Totalidade e fragmentação: o espaço global, o lugar e a questão metodológica, um exemplo argentino”. In Santos, Milton *et al.* *Fim de século e globalização*. São Paulo: Hucitec – ANPUR, 1993, pp. 201-209. In Santos, 2004, p. 125.

pontual ou tardia de crédito e seus custos diversos; irrigação em tempo ou atrasada; transporte mais ou menos acessível e mais ou menos adequado; mão-de-obra disponível ou não, treinada ou não; Informação em tempo real ou defasada)”⁵⁰.

Segundo Maria Adélia Aparecida de Souza⁵¹, não existe um lugar idêntico ao outro, pois é o uso de seu território que o configura e explica. Aproximando essa discussão do fenômeno do turismo, Cruz (2007) esclarece que não se pode olhar o mundo com os “óculos do turismo”, posto que o turismo é parte de uma totalidade em movimento. É por meio do espaço que buscamos analisar o turismo e decifrá-lo, identificando os principais eventos que levaram às modernizações aos lugares e os atores envolvidos, hegemônicos ou não, que ali atuam. Por isso o lugar nos é revelador.

A produção do espaço em Indaiá.

O interesse pela análise do Loteamento Indaiá⁵² surgiu da busca pelo entendimento das relações entre a produção do espaço e a atividade do turismo, sendo que a melhoria na circulação pela qual passou o país na segunda metade do século XX, provocou sucessivas ondas de ocupação dessa praia e com reflexos importantes sobre a produção de seu espaço, com a

⁵⁰ Santos (2004, p. 151).

⁵¹ No Curso Região: teoria e prática, ministrado no programa de Pós-Graduação em Geografia, na Universidade de São Paulo, ao longo do 2º semestre de 2005.

⁵² Em Bertiooga ainda não existem denominações para os bairros, que ainda levam o nome do loteamento. A ponta da Praia da Enseada e seus loteamentos são conhecidos como Indaiá. Informação obtida em entrevista de campo, com o Sr. Gervásio, funcionário da Prefeitura Municipal de Bertiooga, em 15/09/2006, em conversa informal.

chegada de um maior número de pessoas. Some-se, a isto, a crescente valorização do litoral como espaço de lazer no imaginário ocidental, conforme apontado por Corbin (1989).

O Loteamento Jardim Indaiá está localizado na ponta extrema da Praia da Enseada, no município paulista litorâneo de Bertioga, estado de São Paulo (figura 10).

Indaiá foi um dos primeiros loteamentos fora da região de origem da Vila de Bertioga, tendo como vizinhos e ocupando o limite da praia da Enseada os bairros Jardim Santa Tereza, Jardim Itapoã, Jardim Caiçara, Nep Tunia, Remanso e Veleiros.

Desvendar a produção de Indaiá, identificando os sujeitos sociais que participaram - e participam - desta forma de parcelar / utilizar o território; analisar a relação do lugar com o mundo, simbolizado tanto pelo capital financeiro e imobiliário, como pela proximidade da metrópole de São Paulo; apreender o papel do poder público no conhecimento, no levantamento de dados sobre esta área e analisar como os moradores do bairro o percebem foram os objetivos de nossa investigação.

Nosso desejo, portanto, foi o de encontrar os *nexos espaciais*, ou seja, efetivar “uma análise espacial de um tipo de uso⁵³ do território por uma atividade social impregnada de componentes mercantis, cujos rebatimentos espaciais recaem sobre todos que, de algum modo, usufruem desse lugar” (Sabino, 2007, p. 69).

A produção do espaço em Indaiá teve suas especificidades. Porém ela não aconteceu, naturalmente, de forma descolada da de Bertioga, nem do mundo, com seus eventos, vetores de modernidade, que estão o tempo todo mudando o conteúdo dos lugares e a eles se adequando, em um movimento dialético. Por uma questão de opção metodológica, destacaremos apenas alguns momentos que marcaram esta história particular e o uso deste território.

Com a chegada de Martin Afonso de Souza, em 1531, ocorre a ocupação “aleatória” da praia, período de um território utilizado exclusivamente pelas pessoas que lá viviam. Poder-se-ia dizer que este é o momento do tempo

⁵³ O turismo não é o único uso do território; outros usos convivem paralelamente com esta atividade como o comércio, as empresas de transporte de passageiros, que transportam também turistas, as incorporadoras e construtoras, dentre outras atividades.

lento do lugar, com o predomínio da natureza e uma pequena variedade de objetos técnicos que servia ao pequeno grupo de pessoas que ali habitavam.

É este, em grande parte, o cenário descoberto pelo poeta santista Vicente de Carvalho, quatro séculos mais tarde, e escolhido por ele e sua família para construir sua morada, no ano de 1917, quando edifica uma residência de madeira nos moldes daquelas que conheceu em visita ao sul do Brasil, a primeira casa de veraneio da Praia da Enseada, retratada pelo pintor Benedito Calixto (figura 11). Sobre este momento histórico há o seguinte relato (Moraes, 2005, p. 4):

localizado na praia da Enseada, em Bertioga, o Sítio Indaiá recebeu este nome do poeta santista Vicente de Carvalho, que adquiriu o terreno em 1917 e ali construiu a primeira casa de veraneio daquela praia. Toda de madeira e com acomodações modernas para a época, foi transformada em refúgio – inclusive político – pelo chamado Poeta do Mar.

Era uma casa de telha de duas águas, com 30 metros de frente, cinco dormitórios, sala de jantar, cozinha, banheiros, água encanada, paredes duplas para isolar o calor, janelas e venezianas.⁵⁴

Com o falecimento do poeta em 1937, a casa é adquirida pela família do empresário e senador José Ermírio de Moraes, que a transforma em refúgio de férias da família. Naquele momento ainda não existia luz elétrica e o acesso era difícil, sendo necessário ir até o porto de Santos, de lá pegar um barco até a ponta oposta da praia da Enseada, junto ao Canal de Bertioga, e seguir de caminhão levando toda provisão necessária até o Sítio de Indaiá. Em 1940,

⁵⁴ Vicente de Carvalho: poeta do mar. Apres. Danilo Santos de Miranda. Bertioga: Sesc, set. 1994. Apud Moraes, 2005.

este empresário começa a construção de uma nova moradia de alvenaria, que somente é concluída e inaugurada no ano de 1954. A antiga casa de madeira “resistiu” até 1948.

Figura 11
Villa Indaya

Óleo sobre tel. Benedito Calixto, 1917

O empresário José Ermírio de Moraes constrói, por conta própria, uma ligação entre o Guarujá e Bertioga, embrião da atual rodovia SP 61 - Ariovaldo de Almeida Viana (Perequê – Bertioga), iniciativa para melhorar a acessibilidade à Bertioga. Na década de 1940, esta rodovia passa a ser conservada pelo DER (Departamento de Estrada e Rodagem), do Estado de São Paulo, e é alargada, retificada e asfaltada. Esta primeira ligação, que pertenceu a Santos até 1991, mesmo sujeita a condições precárias e intempéries, intensifica a presença de turistas interessados em se apropriar deste espaço. A construção da Rodovia Anchieta, SP 150, inaugurada em

1947, consolida a ligação do planalto com o litoral paulistano e constitui, por sua vez, evento de grande importância para as novas formas de ocupação e uso do território em tela⁵⁵.

Se o turismo é “uma prática social, que envolve o deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo” (Cruz, 2001, p. 05), uma prática social cooptada pelo mercado envolvendo deslocamentos, uso do território, presença do turista e sua relação com o espaço - única, esporádica ou cíclica⁵⁶ - pode-se dizer que José Ermírio de Moraes foi, para Bertioga, um turista-empREENDEDOR.

Com a fundação da Cia. Urbanística de Bertioga, em 1940, a área da vila é loteada. Anos mais tarde, após a fundação da empresa Praias Paulistas S/A.⁵⁷ pelo mesmo grupo, a atuação imobiliária se estende até a ponta da praia da Enseada e também à praia de São Lourenço, atingindo Indaiá. Essa empresa ainda “continua loteando e urbanizando aquela área” (Correa, 1989: 13), atraindo construtores, incorporadores e imobiliárias.

Foi a Praias Paulistas que lançou, em 1947, o loteamento Jardim Indaiá, dividido em três glebas que acompanharam a demanda de mercado. O processo de loteamento, 5.690⁵⁸, foi aprovado no ano de 1947. Ele foi seguido pelo Decreto de nº 1.014, publicado em 24 de janeiro de 1957, que desapropria

⁵⁵ Ver Seabra, 1979.

⁵⁶ Única no sentido de que o turista pode se direcionar a um destino turístico para consumir / conhecer o espaço por uma única vez, esporádica pela possibilidade de retorno aos lugares conhecidos e, por fim, cíclico, considerando a possibilidade de o turista ser o proprietário de uma segunda residência.

⁵⁷ Fundada em 27 de setembro de 1946. Informação obtida no site <http://www.praiaspaulistas.com.br/praias.htm>. Acesso em 18/04/2006.

⁵⁸ O processo nº 5690, de aprovação do loteamento Indaiá, é de 1947. Em contato com a Prefeitura Municipal de Santos descobrimos que o processo não existe nos arquivos.

a área necessária para o arruamento da gleba I. Esta gleba do loteamento compreende a área formada pelas Avenidas Tomé de Souza, no limite da praia, Dr. Fausto Guimarães Sampaio, Sabino Abdala e Lucas da Cruz Carvalho, sendo que ela se estende até metade dos lotes dos quarteirões vizinhos da Av. Lucas da Cruz Carvalho, totalizando 549 lotes.

A desapropriação para o arruamento da Gleba II, nº 1.992, é de 22 de fevereiro de 1961. A área da gleba tem como limites a Av. Sabino Abdala; Av. Fausto Guimarães Sampaio; R. Dr. José Costa e Silva Sobrinho, incluindo os terrenos de ambos os seus lados e a Av. Lucas da Cruz Carvalho, incluindo os lotes de ambos os seus lados. Nesta gleba o total de lotes é de 682.

A Gleba III, cuja desapropriação de áreas para o arruamento é parte integrante do Decreto nº 2.797, de 14 de julho de 1964, tem sua área compreendida entre a Av. Mariano Laet Gomes; Av. Tomé de Souza; R. Marlene; R. Horácio Penteado de F. E. Silva; Av. Anchieta; R. Moacir Prado Simões e R. Washington Curvelo de Aguiar, com um total de 873 lotes. Esta gleba apresenta uma área, cuja denominação é Jardim Santa Tereza, que foi loteada por um outro proprietário (figura 12).

[illegible]

Apesar do processo do loteamento ter sido aprovado em 1947 e as glebas nos anos de 1957, 1961 e 1964, respectivamente, nos anos de 1960 (foto 10) somente se percebia a construção do arruamento, com algumas residências construídas na faixa da praia. Ainda hoje encontramos muitos terrenos não edificadas em Indaiá, assim como grandes áreas ao longo da Av. Anchieta.

Foto 10
Loteamento Indaiá - Glebas I, II e III
1960

Fonte: Secretaria de Habitação, Planejamento e Desenvolvimento Urbano de Bertioga, 2007.

A área total dos lotes das três glebas do loteamento é de 922.849,98 m². Soma-se a ela a área de 205.576,73 m² destinados a áreas públicas (jardins) e a construção de edifícios públicos, com um total⁵⁹ de 1.128.426,61 m².

⁵⁹ Não consideramos a área destinada às ruas e avenidas neste cálculo.

Tabela 05 Loteamento Indaiá Áreas públicas	
Gleba I	
Jardim na Praia (Av. Tomé de Souza)	2.753,96
Jardim na Praia (Av. Tomé de Souza)	4.157,42
Jardim na Praia (Av. Tomé de Souza)	3.422,11
Jardim na Praia (Av. Tomé de Souza)	4.044,26
Jardim na Praia (Av. Tomé de Souza)	51.754,00
Jardim (Quadra Av. Sabino Abdala)	14.382,00
Grêmio Prodesan (Quadra 24 R. David Pimenta)	14.380,26
Total	92.140,05
Gleba II	
Jardim (Ilha 4)	10.713,35
Jardim (Ilha 4)	8.085,65
Jardim (Ilha 4)	5.461,95
Jardim (Ilha 4)	2.835,03
Área de edifícios Públicos (R. dos Jornalistas)	12.582,00
Jardim (R. Sgto. Silvio Delmar)	12.582,00
Total	52.259,98
Gleba III	
Jardim (Av. do Telégrafo)	2.168,00
Área de edifício público (Av. do Telégrafo)	2.736,00
Jardim (Av. do Telégrafo)	1.377,00
Área de edifício público (Av. do Telégrafo)	4.201,00
Jardim (Rua São Francisco do Sul)	1.978,00
Jardim (Rua São Francisco do Sul)	1.978,00
Jardim (Rua São Francisco do Sul – ocupado)	8.083,00
Área de edifício público (Rua São Francisco do Sul - Escola Municipal e Posto Saúde)	10.218,00
Jardim (Av. Washington Curvelo Aguiar)	10.431,00
Área de edifício público (Av. Washington C. Aguiar)	12.508,00
Jardim na Praia (Av. Tomé de Souza)	605,00
Jardim na Praia (Av. Tomé de Souza)	2.892,70
Jardim (Av. do Telégrafo)	2.001,00
Total	61.176,70
Total Geral	205.576,63

Fonte: Prefeitura Municipal de Bertioga - Mapa do loteamento Jardim Indaiá - 1ª, 2ª e 3ª Glebas.

Organização: André Luiz Sabino, 2007

Apesar de contar com cerca de 18% destinados a áreas públicas distribuídas em jardins e edifícios públicos, em campo percebemos que elas são pouco utilizadas (figura 13).

Das áreas destinadas a jardins, de acordo com o mapa fornecido pela Prefeitura Municipal de Bertioga, eles efetivamente somente existem na orla, na Av. Tomé de Souza, que foi urbanizada (foto 11).

Foto 11
Áreas públicas da Av. Tomé de Souza

Foto: André Luiz Sabino, 2007

Na Rua São Francisco do Sul, onde existem duas áreas destinadas à construção de jardins, que entendemos como sendo praças, somente encontramos terrenos abandonados, inclusive com depósito de entulho, fato que foi destacado por um morador entrevistado nesta rua quando perguntado se havia algum problema no bairro (foto 12).

Foto 12
Área de praças - Rua São Francisco do Sul
Gleba III

Área pública abandonada, destinada à construção de praça e com depósito de entulho

Área pública abandonada, destinada à construção de praça

Fotos: André Luiz Sabino, 2007

Com relação às áreas destinadas a edifícios públicos, encontramos uma escola municipal, na R. Washington Curvelo de Aguiar, um posto de saúde, na Rua São Francisco do Sul e um centro comunitário, ainda em construção, na Rua Dr. José Costa e Silva Sobrinho.

O abandono das áreas públicas por parte da Prefeitura Municipal de Bertioga é um facilitador para que nelas seja depositado entulho e também para sua ocupação por parte da população que carece de habitação. Se o espaço público não é devidamente mantido em condições de uso, sua efetiva apropriação pela coletividade dificilmente ocorre e a população não o reconhece como de uso comum.

Em Bertioga, uma estância balneária que tem o turismo como principal atividade econômica, o trato com as áreas públicas deveria ser uma preocupação fundamental, visando garantir a qualidade de vida para os moradores do bairro e também a acolhida aos turistas, fazendo-os retornar, contribuindo com as atividades econômicas correlatas, típicas da atividade, e com a geração de uma quantidade maior de empregos, o que tem acontecido de forma tímida em Indaiá, o que acreditamos reverberar em todo o município⁶⁰.

O embrião da rodovia Mogi-Bertioga apareceu com a ligação entre o loteamento Indaiá e as fazendas do sopé da Serra do Mar, fato que também ocorreu em Mogi das Cruzes, com a sua ligação com a Rodovia Presidente

⁶⁰ Exceção à regra é a Riviera de São Lourenço, onde os espaços coletivos são mantidos e a infraestrutura existe. Não é possível equiparar a administração de um loteamento como a Riviera e a administração municipal, tanto por uma questão escalar como pelo origem das verbas de cada instância.

Dutra, uma importante artéria do sistema rodoviário brasileiro, que liga as metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro, atravessando o Vale do Paraíba, pólo de concentração industrial, populacional e de desenvolvimento de novas tecnologias⁶¹.

O traçado final da rodovia, em sua chegada ao litoral, chama atenção pelo fato de que ao término dos limites do Parque Estadual da Serra do Mar e da área de preservação ambiental do Município, chega-se à Cia. Fazenda Acaraú – que se originou da partilha da área total pertencente ao grupo de acionistas da empresa Praias Paulistas. Neste ponto, há um desvio na rodovia, que a direciona ao loteamento Indaiá. Exemplo claro da estreita relação entre o sistema de objetos e as ações que ele viabiliza: a praia de São Lourenço foi preservada da chegada direta de uma rodovia e de seus conseqüentes e indesejados impactos (ver figura 14)⁶², tais como a facilitação do acesso para visitantes menos abastados e o barateamento dos terrenos.

O melhor acesso ao território ampliou o fluxo de turistas e atraiu novos sujeitos sociais, que entram em contato com os moradores locais e passam a competir com estes, de certa forma, no que diz respeito ao uso dos recursos naturais locais (praia, água e o próprio solo). Conforme Santos (2004, p. 199):

as inovações técnicas se encontram com a história, portando suas próprias regras, às quais as demais escolhas devem curvar-se. [...] a localização das infra-estruturas é resultado de um planejamento que sobretudo interessa aos atores hegemônicos da economia e da sociedade.

⁶¹ Fiers e Rosa, 1999, p. 274.

⁶² Em entrevista na Praias Paulistas S/A., em 2006, fomos informados que tal mudança foi pensada pelo diretor dessa empresa. Na Prefeitura de Bertioga, os técnicos da Secretaria de Habitação e Planejamento não confirmaram esse fato.

Figura 14
Traçado da Rodovia Mogi-Bertioga

Fonte: Programa Google earth
Adaptado por André Luiz Sabino, 2007

Tudo isso marca, em verdade, uma nova divisão territorial do trabalho e, de certa forma, um alargamento de contextos e, conseqüentemente, a possibilidade de atuação efetiva dos agentes nos lugares e, em especial, em Indaiá.

Realidade, conflitos e perspectivas.

No final do ano de 2006 e início do ano de 2007, aplicamos questionários em Indaiá com o objetivo de conhecer *in loco* o espaço que

estudamos e também a realidade das pessoas que vivem no bairro. Como universo inicial consideramos, aproximadamente, 10% do total de domicílios. Entre ruas e avenidas, escolhemos sete para aplicar os questionários, sendo três na gleba I e duas nas demais. Para isso consideramos que na Gleba I temos 23 ruas e avenidas, na Gleba II 19 e 9 na Gleba III. Sorteamos sete ruas e nelas aplicamos os questionários.

Para chegarmos ao número de residências de todo o loteamento, contabilizamos o seu total utilizando o programa *Google Earth*, sendo ele de 1690 imóveis e, portanto, nossa amostra seria de 169 questionários a serem aplicados.

Em nossa primeira etapa de pesquisa de campo, realizada em 2006, aplicamos 49 questionários, todos na Gleba I e, em 2007, aplicamos outros 47 questionários nas Glebas II e III, totalizando 96 questionários aplicados. A dificuldade encontrada foi a de que boa parte dos domicílios particulares é de uso ocasional, segundas residências, e proprietários ou eventuais locatários não se encontravam, nas duas oportunidades. Além disso, parte das pessoas que ocupavam alguns desses imóveis, por tê-lo alugado ou emprestado, não se sentiram à vontade para responder aos questionamentos. Consideramos, portanto, os 96 questionários aplicados.

Em campo, ocupamo-nos de identificar, primeiramente, a relação da pessoa encontrada com o imóvel, ou seja, proprietário, caseiro ou alguém que o alugava. Também levantamos lugares de origem, quantas vezes utilizavam o

imóvel anualmente, o tempo de posse em caso de serem proprietários, dados sobre o padrão construtivo e, por fim, o que considerava faltar no bairro (anexo 1 – questionário).

Entre as pessoas entrevistadas, 58 eram proprietárias do imóvel, 10 eram caseiros e outras pessoas alugaram o imóvel, ou ele era emprestado de um amigo ou parente. Também encontramos casos em que o imóvel era alugado por contrato fixo.

De 93 domicílios entrevistados, quarenta são de moradores de Bertioga, representando 43 %. Os demais, 57% do total, são utilizados como residências secundárias, ou seja, são utilizadas em finais de semana ou períodos de férias, o que confirma a dimensão de estância balneária de Bertioga.

Dos 53 proprietários que moram em outros municípios, 30 são de São Paulo, 10 de Mogi das Cruzes, 03 de Guarulhos, 02 são de Suzano, 02 de Poá e os demais de São Miguel Paulista, Santos, Guaratuba, Itapira, Ferraz de Vasconcelos e São Bernardo do Campo, todos oriundos do Estado de São Paulo.

Ressalta-se, todavia, o fato de que se Indaiá surge como um loteamento de residências secundárias, hoje tem claramente um uso mito, abrigando número expressivo de domicílios ocupados por residentes.

Um dos proprietários entrevistados é dono do imóvel a mais de cinquenta anos, tendo-o comprado da Empresa Praias Paulistas S/A. e responsável pela sua construção. De pouca conversa foi, pois as pessoas têm receio em responder questões relacionadas à posse do imóvel em função dos elevados índices de invasão presentes neste loteamento.

Sobre a utilização do imóvel, prevalece o seu uso pelo proprietário da segunda residência (71%), seguida pela locação (19%), sendo que os 10% restantes são imóveis destinados ao uso por familiares e amigos, assim como para pousadas (figura 16).

Em uma residência de três dormitórios localizada na Av. Lucas da Cruz Carvalho, por exemplo, encontramos 16 pessoas da mesma família que utilizava o imóvel emprestado de um amigo.

Figura 16
Uso do imóvel

Quando questionávamos os entrevistados sobre as carências do bairro, os problemas encontrados foram diversos (Figura 17).

A falta de segurança é o que mais se destaca, correspondendo a 26% das reclamações dos moradores. Com relação a este quesito, os roubos praticados nas residências, a falta de policiamento rotineiro e a precária fiscalização da praia, principalmente no período noturno, são as principais reclamações.

Figura 17
Carências do Loteamento Indaiá

A segunda maior necessidade do bairro é o esgoto e o saneamento básico, com 18%. Em Bertioga o esgoto está sendo implantado pela prefeitura, mas algumas valetas, construídas para escoar a água das chuvas abrigam mato, além de contarem esgoto e lixo em seu interior, que correm diretamente para o oceano, comprometendo a qualidade ambiental da praia (foto 13).

Foto 13

Av. Lucas da Cruz Carvalho
Valeta central que corre em direção ao oceano.

Av. São Francisco do Sul
valeta para escoamento pluvial

Fotos: André Luiz Sabino, 2007

A ausência de calçamento⁶³ representa 14% das queixas dos moradores. O desejo não é ver o bairro asfaltado, mas o de que fosse colocado cascalho nas ruas, que as sarjetas fossem construídas e que a fiscalização da prefeitura fosse intensificada. Somente as Avenidas Anchieta e Tomé de Souza, assim com a Rua Antônio Carlos Quinta são asfaltadas. A manutenção das ruas de terra em condições de se trafegar é o que mais preocupa os moradores.

Na Rua São Francisco do Sul, por exemplo, um morador aponta que o esgoto ainda não existe e que uma construção defronte a sua residência não efetivou a valeta para escoamento pluvial, o que gera alagamento em dias de chuva. A Prefeitura, até aquele momento, não havia feito a fiscalização (foto 14).

Foto 14
Rua São Francisco do Sul

Imóvel sendo construído sem a valeta para escoamento pluvial

Foto: André Luiz Sabino, 2007

⁶³ No questionário aplicado, uma das carências levantadas era o asfalto. Em campo, percebemos que sua falta não é um problema para a comunidade, que aponta a precária manutenção das ruas e avenidas como sendo problemática. Eles sugerem, ainda, a construção de guias e sarjetas, de rede de captação de esgoto (projeto em andamento pela Prefeitura) e o calçamento com blocos como desejos.

A iluminação pública é deficitária em alguns pontos (11% dos apontamentos). Os entrevistados destacaram que a área recém urbanizada da Avenida Thomé de Souza, obra realizada pela prefeitura, não apresenta manutenção de sua iluminação, pois somente ao longo do ano de 2006, por três vezes, a fiação da avenida foi roubada e sua iluminação prejudicada. Em estudo de campo realizado anteriormente, nos deparamos com a placa da Prefeitura de Bertioga referente à obra de reurbanização da Av. Tomé de Souza sendo executada.

Foto 15
Reurbanização da Av. Thomé de Souza

André Luiz Sabino, Março de 2004

A falta de iluminação parece ter relação direta com roubos no bairro e com a falta de segurança. Uma moradora da Rua Lucas da Cruz Carvalho nos contou, por exemplo, que até a caixa do padrão de luz elétrica foi por ela gradeada (foto 16), pois já havia sido roubada anteriormente. Ela é proprietária

do imóvel há cerca de um ano, reside em São Paulo e vai à Bertioga toda semana, manifestando a vontade de se desfazer da propriedade em função da dificuldade de mantê-lo protegido.

Foto 16
Relógio de luz elétrica gradeado. Av. Lucas da Cruz Carvalho

André Luiz Sabino, Julho de 2007

Em conversa com outro morador da mesma rua, Sr. Jaime, que foi para Bertioga em 1982 e mora na casa construída pela irmã, o mesmo nos confidenciou ter posse de uma lista de 07 pontos de reclamação que gostaria que registrássemos e encaminhássemos para os órgãos competentes. Ao

entrevistá-lo, porém, a lista apresentou, na verdade, 09 itens que considera serem problemas do bairro e do próprio município:

- O preço do peixe no mercado de Bertioga, pois não se tem uma tabela nas barracas;
- O lixo, que é colocado ao chão e não nos devidos coletores com altura mínima, destacando que a sua coleta somente é feita 3 vezes por semana na alta temporada;
- As creches, alegando que cada bairro deveria ter pelo menos uma;
- A falta de esgoto, sendo que as obras estão paradas e ele não sabe os motivos;
- O problema com o consumo de drogas;
- Inexistência de teatro, sugerindo que o SESC colaborasse com o lazer para a comunidade na forma de incentivos fiscais;
- Ausência de abrigos de ônibus de Indaiá até a Vila de Bertioga, sendo que os usuários têm de ficar sob a chuva;
- Falta de bombeiros e policiamento na praia, inclusive noturno;
- Ausência de banheiros públicos na praia.

A partir do contato com os moradores de Indaiá, conseguimos levantar reivindicações que completam as até então citadas, que deixamos registradas: a organização, a limpeza e a iluminação da praia; o encanamento das valetas e a melhora no saneamento; o reforço do policiamento com a conseqüente diminuição de roubos às casas; maior número de estabelecimentos comerciais e geração de emprego; mais professores na escola; melhor qualidade no posto

de saúde do bairro; mais agilidade no sistema de transporte público, com maior frequência de ônibus, inclusive nos finais de semana; praças; atividades esportivas: campo de futebol, quadras, parques e ginásio e cinema.

Algumas frases nos chamaram atenção quando questionávamos sobre o que faltava no bairro: “lazer: falta tudo”, “um monte de coisas”, “tanta coisa”, “bastante coisa” e “tudo”. Encontramos poucos elogios por parte de alguns entrevistados. Indaiá parece ser um exemplo claro da ação espacialmente seletiva das municipalidades, não raras vezes privilegiando atores hegemônicos da produção do espaço em detrimento dos interesses da coletividade.

Quando o assunto era a segurança no bairro, percebemos um desconforto da população entrevistada em relação ao convívio com os moradores da área de favela em Indaiá, que a prefeitura de Bertioga denomina de Ilha 04.

A favela de Indaiá

Segundo levantamento feito pela Prefeitura Municipal de Bertioga (2002) existiam no município, naquele ano, 22 assentamentos considerados subnormais:

- 15 núcleos favelados com 2.063 domicílios,
- 2 cortiços com 50 domicílios,

- 3 loteamentos irregulares com 1.700 domicílios e
- 2 loteamentos clandestinos com 1.340 domicílios⁶⁴.

O incremento da construção civil após as décadas de 1970 e 1980, com a implantação de empreendimentos imobiliários, que atraíram população de baixa renda e com pouca qualificação profissional, são os fatores considerados pela Prefeitura como a principal causa para tal situação.

A situação dos quinze núcleos de assentamentos subnormais pode ser observada no quadro 07, presente no Diagnóstico para assentamentos subnormais do Município Bertioga, realizado a partir de carta convite para a execução de serviços especializados em engenharia para a sua elaboração, conforme o processo nº 896/02, tendo sido elaborado pela empresa Herjack Engenharia Sociedade Civil Ltda, localizada no município de São Paulo.

Nos núcleos de favela temos um total de 2.063⁶⁵ domicílios. Considerando o total de 26.054 domicílios particulares em Bertioga, em 2000, segundo o IBGE, concluímos que 7,9% de sua população vive em favelas. Os domicílios existentes em núcleos favelados, somados aos cortiços e aos loteamentos (irregulares e clandestinos), somam 5.537 unidades e representam 21,2% do total do município, o que parece revelar um quadro de contraste social e problemas habitacionais, tal como em grande parte dos municípios brasileiros.

⁶⁴ Bertioga, 2002, p. 11.

⁶⁵ Bertioga, 2002. O texto do documento aponta 2.447 domicílios localizados em 15 núcleos favelados e na tabela, encontramos o indicativo de 2.063 domicílios em 15 áreas de favelas, demonstrando inconsistência de dados. Consideraremos, para fins de análise, o que é apresentado na tabela, ou seja, 2.063 domicílios em áreas de favela.

Tabela 06 - Levantamento das áreas de favela do Município de Bertioga ⁶⁶			
	Nome	Ano da ocupação	Domicílios
1	Jardim Veleiros	1977	80
2	Center Ville	1987	150
3	Parque Estoril	1995	20
4	Jardim Vicente de Carvalho II	1992	410
5	Jardim Albatroz	1998	30
6	Ilha I	1971	80
7	Ilha II	1982	120
8	Mangue Seco	1987	250
9	Jardim Ana Paula	1995	200
10	Indaiazinho	1992	54
11	Indaiá (Ilha IV) *	1982	430
12	Boracéia	1991	137
13	Chácara Vista Linda	1996	70
14	Vila Itapanhaú	1989	12
15	Jardim das Canções	1997	20
Total			2.063

* Núcleo de favela presentes no loteamento Indaiá.

Fonte: Bertioga, 2002.

Especificamente sobre o Núcleo Ilha 4, o núcleo de favelamento existente na gleba II do loteamento Indaiá, tem-se a seguinte situação:

neste núcleo favelado 43% da população está na faixa de 22 a 45 anos, com percentual considerável nas faixas de 0 a 6 (11%), 7 a 14 (18%), 15 a 17 (12%) e 18 a 21 (10%). O grau de instrução da maioria é de 1º grau incompleto. A renda da maioria está concentrada na faixa de 3 salários mínimos (80%). A situação ocupacional reflete que a maioria da população exerce atividades produtivas – empregado (35%), autônomo (22%) ou “bico” (32%). A maioria reside na área há mais de quatro anos (98%), com uso dos domicílios exclusivamente residencial (92%) e ocupação própria (99%). Alvenaria é o tipo de construção mais encontrado (62%) com mais de 2 (dois) cômodos (95%) e existência de banheiro individual interno (98%). A ligação de água é clandestina (92%) e o esgoto é feito através de fossa (56%) ou a céu aberto (41%). A ligação de luz na maioria dos casos é individual (60%) e todos (100%) possuem coleta de lixo realizada pelo município.
(Bertioga, 2002, p. 16).

Parte da população do núcleo de favela de Indaiá foi deslocada para um conjunto habitacional denominado Condomínio Residencial Nedda, na rua Waldemar Costa Filho, no próprio Jardim Indaiá. Em um primeiro momento, 88 casas foram construídas no Nedda I e, no momento, mais 88 casas no Nedda II

⁶⁶ Este quadro está presente no Diagnóstico para assentamentos subnormais do Município Bertioga, realizada a partir de uma carta convite para sua execução de serviços especializados em engenharia para a elaboração de um diagnóstico para assentamentos subnormais no município de Bertioga, conforme o processo nº 896/02.

estão sendo construídas, totalizando 176 residências que ocupam uma área de 25.000 m², doada pela empresa Praias Paulistas S/A (foto 17).

Figura 18
Núcleo de favela – Ilha 4 (Indaiá)

Mapa sem escala
Elaboração: André Luiz Sabino, 2007

Foto 17

Conjunto Residencial Nedda I, com 88 residências, já entregues a população.
Rua Waldemar Costa Filho.

Conjunto Residencial Nedda II, com 88 residências ainda em construção.

Foto: André Luiz Sabino, Junho de 2007

O Núcleo Ilha 4, em Indaiá, ocupa quatro quadras (mapa 08) que originalmente seriam destinadas a áreas de jardim e de edifícios públicos, totalizando 27.096m². Lá residem 428 famílias que receberam o título de concessão de uso especial de imóveis da Secretaria Municipal de Habitação, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, que realizou o cadastro dessas famílias a partir do Estatuto da Cidade⁶⁷, segundo o qual o termo de concessão de uso especial de imóvel poderia ser concedido aos que residem em áreas públicas invadidas há mais de cinco anos⁶⁸. Para efetivar a concessão a Prefeitura Municipal de Bertioga, além do Estatuto da Cidade, aplicou a Medida Provisória 2.220/2001 como forma de reduzir o seu déficit habitacional calculado em 5.000 moradias, conforme noticiado no encarte *Últimas notícias da Habitação*, do ano de 2002.

A partir do reconhecimento do título de posse da moradia e de regularização fundiária, a Prefeitura iniciou um processo de urbanização das quadras (foto 18) com a instalação de postes de iluminação pública, canalização dos resíduos e instalação de guias e sarjetas.

⁶⁷ O Estatuto da Cidade, Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, entrou em vigor no dia 10 de outubro de 2001 e regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988.

⁶⁸ Bertioga. Boletim Oficial do Município. Ano 01, nº 06. 2002.

Foto 18
Projeto Nosso Lar
Urbanização e regularização fundiária de Indaiá (Ilha 4)

Foto: André Luiz Sabino, março de 2004

Atualmente, a Prefeitura continua o processo de urbanização do núcleo Indaiá 4, assim como dos demais. Conforme apurado junto aos técnicos da Secretaria de Habitação e Planejamento, os moradores que têm o termo de concessão de uso especial de imóvel e mantêm em dia o pagamento do IPTU, contam com assessoria, inscrevendo-se junto ao órgão e conseguindo um projeto visando à melhoria de sua residência. (Foto 19).

Foto 19
Ilha 4 (Jardim Indaiá)
Requalificação de moradias

Casa 22 quadra 02 – Antes e depois

Casa 24 quadra 02 – Antes e depois

Fonte: Prefeitura Municipal de Bertioga – Secretaria Municipal de Habitação e Planejamento, 2007

A foto 20 mostra um dos becos existentes no assentamento de Ilha 4, em Indaiá. Aí vive uma comunidade que mantém uma relação direta com o turismo, em que muitos trabalham na construção civil, em residências secundárias, em portarias de prédios da Riviera, dentre tantas outras atividades ligadas à atividade. Para esta comunidade, o turismo impôs sua lógica, construindo o espaço de uma realidade penosa para grande parcela da população.

Foto 20
Beco em Indaiá
Gleba II

Foto: André Luiz Sabino, 2007

Considerações finais

O desafio ao longo dessa investigação foi o de encontrar nexos espaciais da atividade do turismo a partir de um estudo de caso. O esforço no sentido de cumprir esta tarefa está presente ao longo deste trabalho.

Partindo da noção do espaço como um conjunto indissociável de objetos e de ações, buscamos apreender a produção do espaço em Bertiooga e no loteamento Jardim Indaiá. Os objetos incorporados a este espaço, ao longo do tempo - funcionais ou refuncionalizados, nos permitiram cindir a totalidade, encontrando quais foram as principais variáveis que explicam a atual configuração espacial e, para isso, a noção de evento foi fundamental.

Os objetos utilizados (não somente) pelo turismo nos levaram ao entendimento das ações a eles associadas. Neste momento identificamos os sujeitos sociais envolvidos. Inicialmente destacam-se aqueles mais ou menos poderosos, que se deslocam para o “território turístico” ou de longe comandam a inserção, nos lugares, de novas lógicas. Empreendedores imobiliários e incorporadores, assim como imobiliárias, que promovem a produção do espaço e a reprodução do capital, incluem-se neste grupo. Como em Bertiooga a estrutura hoteleira é pequena, é no campo das segundas residências que a reprodução do capital se destaca. Os sujeitos sociais não-hegemônicos ou hegemônicos são representados pelas pessoas, que aí vivem o seu cotidiano.

O considerável incremento populacional em Bertioga nos últimos anos, assim como em todo o litoral paulista, com o aumento dos domicílios particulares de uso ocasional, se deu em função da melhora na circulação em direção a este território. As diversas rodovias mencionadas neste texto possibilitaram a ampliação do acesso de turistas, novos moradores e agentes de mercado ao território. Associado ao incremento populacional, portanto, percebemos a maior atuação do capital, procurando ampliar o seu lucro através de lançamentos de novos loteamentos e condomínios, o que mudou a organização espacial em Bertioga.

Especificamente em Indaiá, onde a Rodovia SP – 098, Mogi - Bertioga (Dom Paulo Rolim Loureiro) chega em 1982, a atuação do capital se amplia. Neste loteamento, que surgiu no final da década de 1947, visualizamos a ocupação paulatina do território na medida em que a circulação é melhorada. Antes da inauguração da Mogi – Bertioga o difícil acesso levou uma classe abastada, que tinha condições de chegar ao litoral através da via Anchieta e de barcos, a ocupar este território. Posteriormente, com o melhor acesso, a classe média viu em Indaiá a possibilidade de uma casa de veraneio, sonho abalado pela crescente perda de poder aquisitivo das classes médias no país nas últimas décadas.

Na atualidade, conhecemos uma Indaiá em que o conflito é iminente. De um lado, os proprietários de segunda residência, que mantêm um relativo vínculo territorial com o lugar. De outro, os residentes, entre os quais antigos proprietários de segundas residências. Os moradores são aqueles que

conhecem melhor as dificuldades do bairro e apontam as necessidades ainda não atendidas pelo poder público, como a falta de segurança, de esgoto e de infra-estruturas de lazer no loteamento. O convívio com os moradores de áreas públicas invadidas é conflituoso, visto que alguns se sentem ameaçados pelos mesmos e, inclusive, questionam o fato de o poder público estar construindo casas populares a preços baixos (R\$ 57,00 por mês), como é o caso do Conjunto Habitacional Nedda I e II.

O déficit habitacional em Bertioga é alto, embora haja um aparente empenho da Prefeitura Municipal em suprir esta necessidade pela construção de moradias populares em todo território municipal, que tem muitas de suas áreas públicas invadidas.

Em Indaiá, áreas destinadas a praças públicas são negligenciadas. Na medida que nos direcionamos para o interior do bairro, nenhuma área pública destinada à construção de praças existe. Abandonadas e transformadas em terrenos baldios, essas áreas não são reconhecidas pela população como áreas públicas.

A produção do espaço bertioguense é regida por uma fragmentação acentuada, sendo a rodovia SP-55 uma espécie de divisor de águas: de um lado os "territórios do turismo", à beira-mar e, de outro, os "territórios dos outros", revelando um espaço cindido e uma sociedade igualmente fragmentada.

Os vetores hegemônicos da produção do espaço no município são o Estado, na figura da Prefeitura Municipal de Bertioga, que aprova novos loteamentos e edificações, normatizando o território, e o capital imobiliário, amparado pelo primeiro.

Os grandes condomínios e loteamentos de alto padrão, com suas muralhas e cercas, são uma das faces das contradições presentes no território municipal. A "obrigatória" convivência entre proprietários de segundas residências e bertioguenses acontece todo o tempo, por meio das relações comerciais e pelos serviços prestados pela população que mora em áreas carentes adjacentes. O alto padrão construtivo dos condomínios contrasta com a arquitetura simples da moradia sub-normal, tendo como pano de fundo as lógicas hegemônicas que orientam a reprodução do capital.

As contradições na produção do espaço em Indaiá são aparentes, assim como em todo o município. Entender a sua essência foi o objetivo desta pesquisa.

Bibliografia

- ABUD, João Paulo Diniz. *Diagnóstico ambiental, ações de gestão e planos de melhoria ambiental em áreas críticas de ocupação – o Morro dos Mineiros em Ilhabela*. São Paulo : FFLCH, Departamento de Geografia, 2006. Trabalho de Graduação Individual.
- AFONSO, Cintia Maria. *A paisagem da baixada santista*. São Paulo: FAPESP, EDUSP, 2006.
- AGENCIA METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA – AGEM. *Plano diretor de turismo da Baixada Santista*. Junho / 2002. http://www.agem.sp.gov.br/institucional/projetos/projetos_principal.htm
- ALPHANDERY, Pierre, BIUTOUN, Pierre e DUPONT, Yves. *O equívoco ecológico : riscos políticos da inconsequência*. Tradução Lúcia Jahn. São Paulo : Brasiliense, 1992.
- AMIN, Samir. *El capitalismo en la era de la globalizacion*. Barcelona: Paidós, 1999.
- ANDRADE, Wilma Therezinha F. De et al. *Santos : um encontro com a História e a Geografia*. Santos : Unisantos, Ed. Universitária Leopoldianum, 1992.
- AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994.
- BASTOS, Daniela et al. *O forte de São João da Bertiooga*. São Paulo: USP, FAU, 1998.
- BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Rio de Janeiro: Elfos; Lisboa: Edições 70, 1995.
- BAUER, Rafael Chequer e REJOWSKI, Mirian. “Oferta turística de Bertiooga (SP): caracterização, evolução e análise”. In: *Revista Turismo e análise*, v. 14, nº 1, p. 85-97, maio 2003.
- BAUER, Rafael Chequer. *Evolução e diagnóstico da oferta turística de Bertiooga*. ECA, USP, 2001. Trabalho de conclusão de curso.
- BENKO, Georges. *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- BERTIOGA, Prefeitura Municipal. *Jornal Últimas notícias da habitação: edição especial*, 2002.
- _____. *Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentado. Lei 315/98*, 1998.
- _____. Prefeitura Municipal. *Lei de Uso e Ocupação do Solo. Lei 317/98*, 1998(a).
- BERTONCELLO, Rodolfo. “Las practicas turísticas y sus implicancias sócio espaciales”. In CORIOLANO, Luzia Neide M.T. (org). *Turismo com ética: volume 1*. Fortaleza: Editora Funece, UECE, 1998, pp. 57-75.
- _____. *Configuración sócio-espacial de los balnearios del partido de la costa (provincia de Buenos Aires). Territorio nº 5*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, Facultad de filosofía y letras, 1993.
- BOULLÓN, Roberto C. *Planejamento do espaço turístico*. Bauru, SP : EDUSC, 2002.
- BOYER, Marc. *História do turismo de massa*. Bauru, SP : EDUSC, 2003.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. Vol. 2. São Paulo : Martins Fontes, 1996.

- BRUNO, Louise. "Rio de Janeiro, une métropole fragmentée : le rôle des favelas et des condomínios fechados dans le processus d'éclatement de la ville et de la société". In *Villes et régions au Brésil*. Villes et régions au Brésil. Paris, 2000. p. 119-135.
- CABESTAN, Philippe e TOMES, Arnaud. *Le vocabulaire de Sartre*. Paris: Ellipses Édition, 2001.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- CAMOLEZ, Aparecida A. Cristina. *Uso da terra nos arredores da Represa Billings e Bertioga: o sensoriamento remoto na avaliação da expansão urbana em áreas de mata atlântica e de proteção de mananciais*. São Paulo: FFLCH, Departamento de Geografia, 2005. Dissertação (mestrado).
- CARLOS, Ana Fani A. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo, Editora Contexto, 2004.
- _____. "Novas" contradições do espaço. In DAMIANI, Amélia L., CARLOS, Ana Fani A. e SEABRA, Odette Carvalho de L. *O espaço no fim do século: a nova raridade*. São Paulo, Editora Contexto, 1999, págs. 62-74.
- _____. (org). *Os caminhos da reflexão sobre a Cidade e o Urbano*. São Paulo: Edusp, 1994.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede, volume I*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2ª edição, 1999.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo : Xama, 1996.
- CORBIN, Alain. *O território do vazio*. São Paulo, Cia. das Letras. 1989.
- CORREA, Roberto Lobato. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1997.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. *Geografias do turismo: de lugares a pseudo-lugares*. São Paulo: Roca. 2007.
- _____. As paisagens artificiais criadas pelo turismo. In YÁZIGI, Eduardo (org.). *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002. pp 107 – 119.
- _____. *Introdução à Geografia do Turismo*. São Paulo: Roca, 2001.
- _____. *Política de turismo e território*. São Paulo: Contexto, 2000.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DOLLFUS, Olivier. *O espaço geográfico*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.
- DUARTE, Altair. *Políticas públicas e meio ambiente: o gerenciamento costeiro de São Paulo*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia. 2001. Dissertação (mestrado).
- EMBRATUR. *Projeto Turis*. 1973.
- FIERZ, Marisa de Souto M. *A influência humana na paisagem, nos processos erosivos e deposicionais na área costeira: uma contribuição à dinâmica ambiental em Bertioga – SP*. São Paulo: Instituto de Oceanografia. 2001. Dissertação (mestrado).
- FIERZ, Marisa de Souto M. e ROSA, Flávio Samarco. *A paisagem X evolução do uso e ocupação do solo em Bertioga, litoral paulista*. In *Revista do Departamento de Geografia*, nº 13, São Paulo, 1999. P. 259-287.

- FURLAN, Sueli Ângelo. *Lugar e cidadania: implicações socioambientais das políticas de conservação ambiental (situação do Parque Estadual de Ilhabela na ilha de São Sebastião – SP)*. São Paulo: FFLCH. 2000. Tese (doutorado).
- GALLERO, Álvaro Lopez. El impacto de la globalización sobre el turismo. In RODRIGUES, Adyr B. *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 2001. pp. 33-53.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1989.
- GITTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 1993.
- GOULART, Lairton G. *Bertioga: berço da história do Brasil*. São Paulo: Garilli Gráfica e Editora, 2002.
- GRANGER, Gilles Gaston. *A ciência e as ciências*. São Paulo : Editora UNESP, 1994.
- GUATARI, Félix. *Espaço e poder: a criação de territórios na cidade*. Espaço e debates: revista de estudos regionais e urbanos. São Paulo, nº16, 1985. pp. 109-120.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização : do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. RJ: Bertrand Brasil, 2004.
- _____. *Territórios alternativos*. RJ: Contexto, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2002 .
- HALL, C. Michael. "Política e planejamento turístico: o imperativo sustentável". In *Planejamento turístico: políticas, processos e planejamentos*. Tradução de Edite Sciulli. São Paulo: Editora Contexto, 2001, pp.17-35.
- HAUZMAN, Dina. *Paisagem, ambiente e ocupação turística litorânea: modelos, alternativas e vanguardas*. São Paulo: USP, FAU, 2001. Tese (doutorado).
- HEIDEGGER, Martin. *Sobre o problema do ser: o caminho do campo*. São Paulo: Duas Cidades, 1969.
- HENRIQUES, Eduardo Brito. *A Lisboa turística: entre o imaginário e a cidade – a construção de um lugar turístico urbano*. Lisboa: Edições Colibri, 1996.
- Hiernaux-Nicolas, Daniel. La promoción inmobiliaria y el turismo residencial: el caso mexicano. In. Scripta Nova. V.9, n. 194-05, 1 de agosto de 2005. <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-05.htm>
- _____. "Elementos para um analisis sociogeografico del turismo". In RODRIGUES, Adyr A. B. *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo : Editora Hucitec, 2001. pp. 39-54.
- _____. La dimensión territorial de las actividades turísticas. In *Teoría y praxis del espacio turístico*. México: Universidad Autónoma de México-Xochimilco, 1989. pp. 53-73.
- JAPIASSU, Hilton Ferreira. *Introdução ao pensamento epistemológico*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 3ª edição, 1979.
- KNAFOU, Remy. "Turismo e Território: por uma abordagem científica do turismo". In RODRIGUES, Adyr A. B. *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 2001, pp. 62-74.
- _____. "L'invention du lieu touristique: la passation d'un contrat et le surgissement simultané d'un nouveau territoire". In *Revue de Géographie Alpine*. 1991, nº 4.

- LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. São Paulo: Claridade, 2003.
- LAZZAROTTI, Olivier. La géographie dans la controverse touristique. *Annales de géographie*, 11/1994, nº 580. pp. 627-650.
- LEFEBVRE, Henri. "Tomo V – O espaço e o Estado". In *Les contradictions de l'État moderne (La dialectique et/de l'État)*, Paris: UGE, 1978. pp. 259-324. Tradução de José Augusto Martins Pena (Labur). Mimeo.
- LIMA, Renata Adriana Proserpio Fontes. *O avanço das redes hoteleiras internacionais no Brasil*. São Paulo: ECA, 2003. Tese (Doutorado).
- LIPIETZ, Alain. *O Capital e seu espaço*. São Paulo: Nobel, 1987.
- LLAUGER, Miguel A. e SOCIAS, Maria. *Las necesidades de infraestructura y equipamiento y la utilización temporal de la segunda residencia*. Coloquio internacional : Palma de Mallorca, 4-7 junio 1990. pp. 225-233.
- LLAUGER, Miguel A. et al. *El proceso de planificación y los desarrollos de segunda residencia*. Coloquio internacional : Palma de Mallorca, 4-7 junio 1990. pp. 201-214.
- LOZATO-GIOTART, Jean Pierre. *Géographie du tourisme: de l'espace regardé à l'espace consommé*. Barcelona: Masson, 1993.
- _____. "Le poids des facteurs géographiques dans la localisation touristique". In : *Géographie du tourisme : de l'espace regardé à l'espace consommé*. Barcelona : Masson, 1993(a). p. 35-54.
- LUCHIARI, Maria Tereza D. P. *O lugar no mundo contemporâneo: turismo e urbanização em Ubatuba-SP*. Campinas: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 1999. Tese (doutorado).
- _____. "Urbanização turística: um novo nexo entre o lugar e o mundo". In LIMA, Luiz Cruz (org.). *Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico*. Vol. 2. Fortaleza: UECE, 1998. p. 15-29.
- MACHADO, Lia Osorio . Limites, Fronteiras, Redes. In: Strohaecker, T.; A. Damiani; Neiva Schäffer. (Org.). *Fronteiras e espaço global*. 1ª ed. PORTO ALEGRE: AGB - PORTO ALEGRE, 1998, v. 1, p. 4-49. <http://www.igeo.ufrj.br/fronteiras/pdf/LimitesPAlegre1998.pdf>
- MARTINS, Feliciano W. *Turismo e meio ambiente no município de Bertioga – SP*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia. 2005. Trabalho de Graduação Individual.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MONTI, Ewerton. *Estudo da demanda turística de Bertioga*. São Paulo: ECA, 2005. Trabalho de conclusão de curso.
- MORAES, Antônio E.de. *Projeto álbum de família: Vila Indaiá*. São Paulo, 2005.
- MORIN, Edgar. Sociedade-mundo ou império-mundo? In *Política externa*. Vol. II, nº 1 – junho-julho-agosto 2002. p. 78-88.
- OLIVEIRA, Carlos Roberto de. Produzindo o espaço do ócio. In DAMIANI, Amélia L., CARLOS, Ana Fani A. e SEABRA, Odette Carvalho de L. *O espaço no final do século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 190-198.
- OMBERG, Ketil. *Desarrollos de segunda residencia*. Coloquio internacional: Palma de Mallorca, 4-7 junio 1990. pp. 31-36.
- ORTEGA Y GASSET, José. *Meditacion de la técnica y otros ensayos sobre ciencia y filosofía*. Madrid: Revista de Occidente. 1998.
- PAGE, Stephen J. *Transporte e turismo*. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Bookman, 2001.

- PAOLILLO, André Milton. *Transporte e turismo: conhecimentos fundamentais para o bacharel em turismo no Brasil*. Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Artes. Dissertação (mestrado), 2001.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. A grande transformação : as origens da nossa época. Tradução Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo : Ática, 1993.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Outros territórios, outros mapas*. OSAL, año VI, nº 16, Enero-Abril 2005. pp. 263-272.
<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16TRibeiro.pdf>
- ROCHEFORT, Michel. *Redes e sistemas : ensinando sobre o urbano e a região*. Tradução Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Hucitec, 1998.
- RONÁ, Ronaldo di. *Transportes no turismo*. Barueri, SP: Manole, 2002.
- RUBINO, Silvia. *Políticas públicas de turismo: a hospitalidade pública ao excursionista em Bertioga*. Universidade Anhembi Morumbi. Dissertação (mestrado), 2004.
- SABINO, André Luiz. Bertioga e a hegemonia do capital imobiliário. In CRUZ, Rita de C. A. da. *Geografias do turismo: de lugares a pseudo-lugares*. São Paulo: Roca, 2007. pp. 66-84.
- Sánchez, Juan Eugeny. *Espacio, economía y sociedad*. Madrid: Ed. Siglo XXI de España, 1991.
- SANTOS, Francisco Martins dos. *História de Santos*. 2ª edição. Santos: Caudex, 1986.
- SANTOS, Milton. *Da territorialidade ao lugar*. São Paulo: Edusp. [1979] 2005.
- _____. *O País distorcido*. São Paulo: Publifolha. 2005(a).
- _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª edição. São Paulo: EDUSP, 2004.
- _____. *Pensando o espaço do homem*. 5ª edição. São Paulo: EDUSP, 2004(a).
- _____. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2000. 3ª edição.
- _____. "O espaço geográfico como categoria filosófica". In *Terra Livre*, nº 5. SP: AGB, 1988. p. 09-19.
- _____. Das modas ao modo, trajetórias da Geografia Humana. In *Revista Sexta-Feira: Antropologia, Artes e Humanidades*, nº 3. São Paulo, 1998(a).
- _____. *El espacio banal, una epistemología de la existencia*. Discurso de investidura Doutor Honoris Causa. Universidade de Barcelona, 1996.
- _____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. "O retorno do território". In SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia A. de e SILVEIRA, Maria Laura (orgs). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994(a). p. 15-20.
- _____. "A totalidade do diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam estruturas sociais". In SANTOS, Milton. *Economia espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: Hucitec, 1979. p. 153-167.
- _____. *Espaço e sociedade: ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1979a.
- SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

- SÃO PAULO (Estado). Secretaria do meio ambiente. *Macrozoneamento do Litoral Norte: plano de gerenciamento costeiro*. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 1996.
- SARTRE, Jean Paul. *Questão de método*. São Paulo: Nova cultural, 1987.
- SEABRA, Odette Carvalho de L. *A Muralha que cerca o mar: uma modalidade de uso do solo urbano*. São Paulo: USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia. 1979. Mestrado (dissertação).
- SILVA, Ana Maria da. *Ecoturismo em áreas protegidas: estudo da visitação turístico-recreativa na Trilha da Água (Bertioga – SP)*. São Paulo: USP, Escola de Comunicações e Artes, 2001. Dissertação (mestrado).
- SILVA, Armando Corrêa da. *O litoral norte do Estado de São Paulo: formação de uma região periférica*. São Paulo: USP, FFLCH, Departamento de Geografia, 1975. Tese (Doutorado).
- Silva, Eloah Cristina A. M. P. *Subsídios para um planejamento físico-territorial da faixa litorânea do Estado de São Paulo: de Bertioga a Caraguatatuba*. São Paulo: Fau, 1974.
- SILVEIRA, Maria L. “A geografia de Milton, uma geografia da vida”. In LIMA, Luiz Cruz (org.). *Conhecimento e reconhecimento*. Fortaleza: EDUECE, 2003. p. 99-108.
- _____. “Por um conteúdo da reflexão epistemológica da geografia”. In SOUZA, Álvaro José de (org.). *Paisagem território região: em busca da identidade*. Cascavel : EDUNIOESTE, 2000. P. 21-28.
- _____. *Um país, uma região: fim de século e modernidades na Argentina*. São Paulo : FAPESP; LABOPLAN-USP, 1999.
- _____. “Uma situação geográfica: do método a metodologia”. In: *Território / LAGET*, UFRJ. Ano IV, nº 6 (jan/jun. 1999). Rio de Janeiro: Garamond, 1999(a). P. 21-28.
- _____. “Império de la escala, escala del império”. In *Revista Universitária de Geografia*. Volume 8, nº 1 y 2, Universidad Nacional del Sur, Bahia-Blanca, Argentina, 1999(b), pp. 105-113.
- _____. “Globalização, trabalho, cidades médias”. In *Geo UERJ Revista do departamento de Geografia*. Nº 1 (Jan. 1997). Rio de Janeiro: UERJ, Departamento de Geografia, 1997. pp. 11-17.
- _____. “Uma globalização desnecessária, um território instável”. In *Ciência geográfica:– ensino, pesquisa, método*. Associação dos Geógrafos Brasileiros / Seção Bauru, Bauru, ano I, nº 1, 1995. P. 43-46.
- SIQUEIRA, Maria Elisa de S. Amaral. *A proposta e a prática da questão ambiental: uma análise da coerência em relação ao turismo em Bertioga*. São Paulo: USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, 2002. Dissertação (mestrado).
- SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- SORRE, Max. “A noção de gênero de vida e sua evolução”. In: Megale, Januário Francisco. *Max Sorre*. São Paulo: Atica, 1984, pp. 99-125.
- SOUZA, Maria Adélia A. de. *Território brasileiro: usos e abusos*. Campinas: Editorial, 2003.
- _____. *O lugar, a cidade, o território usado*. II Encontro pensamento de Milton Santos, Campinas, junho de 2003(a). (mimeo).

- SOUZA, Maria Adélia A. de. "Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação". In SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia A. de e SILVEIRA, Maria Laura (orgs). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 21-28.
- _____. "Conexões geográficas: um ensaio metodológico: uma versão ainda preliminar". In *Boletim Paulista de Geografia*, nº 71, 1992, pp. 113-127.
- _____. Governo Urbano. São Paulo : Nobel, 1988.
- STADEN, Hans. *Primeiros registros escritos e ilustrados sobre o Brasil e seus habitantes*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 1999.
- SUWABE, Marcelo H. *O desenvolvimento turístico de Bertioga: uma abordagem sobre os assentamentos de residência secundária*. São Paulo: USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia. 1998. Trabalho de Graduação Individual.
- TOURINHO, Andréa de Oliveira. Centro e centralidade: uma questão recente. In Carlos, Ana Fani A. e OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Geografias das metrópoles*. São Paulo: Contexto, 2006. pp. 277-299.
- TULIK, Olga. *Turismo e meios de hospedagem: casas de temporada*. São Paulo: Roca, 2001.
- VALLAUX, Camille. *El suelo y el estado*. Madrid: Daniel Jorro Editor, 1914. Cap. VII e VIII. Pp. 265-334.
- YUI, Luciana Ayuko. "Urbanização e meio ambiente do litoral norte paulista: construção e destruição". In *Revista UniVap*, v. 9, nº 17, 2002. p. 56-60.

Anexo 1

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia.
Questionário de campo – Bertioga – Loteamento Indaiá I, II e III.
Aluno: André Luiz Sabino

Rua: _____ nº _____.
Antigo (outro) nome da rua: _____.

1. A pessoa entrevistada é:
_____ Morador / proprietário do imóvel.
_____ Caseiro.
_____ Outros: especificar: _____.
2. Local de moradia do proprietário do imóvel:
_____ Bertioga.
_____ São Paulo.
_____ Outros. Especificar: _____.
3. Caso o proprietário more fora de Bertioga, por quanto tempo utiliza o imóvel em 1 ano:
_____ 1 semana ou menos.
_____ 1 mês ou menos.
_____ 2 meses ou menos.
_____ 3 meses ou menos.
_____ outros. Especificar o tempo: _____.
4. Há quanto tempo é proprietário do imóvel: _____ anos.
No caso de caseiro, há quanto tempo trabalha com a família: _____ anos.
5. Quantas vezes vão a praia?
_____ 1 vez por semana.
_____ 2 vezes por semana.
_____ 3 vezes por semana.
_____ 4 vezes por semana.
_____ 5 vezes por semana.
_____ 6 vezes por semana.
_____ 7 vezes por semana.
6. De quem comprou o imóvel:
_____ particular.
_____ imobiliária. Especificar: _____.
_____ Praias Paulistas S/A.
_____ Outros. Especificar: _____.

7. O imóvel foi:

- ☐ construído pelo atual morador.
- ☐ adquirido já construído no ano de: _____.
- ☐ reformado e adaptado de uma outra residência.

8. Quantidade de pavimentos:

- ☐ térrea.
- ☐ sobrado (térrea e 1º andar).
- ☐ outros. Especificar: _____.

9. Quantidade de quartos do imóvel:

- ☐ 1
- ☐ 2
- ☐ 3
- ☐ 4 ou mais

10. Vagas para estacionamento de automóveis:

- ☐ 1
- ☐ 2
- ☐ 3
- ☐ 4 ou mais.

11. Quantidade de residências no terreno:

- ☐ 1
- ☐ 2
- ☐ 3
- ☐ 4 ou mais

12. O que falta no bairro:

- ☐ asfalto.
- ☐ iluminação pública.
- ☐ água encanada e tratada.
- ☐ luz elétrica.
- ☐ rede de telefonia.
- ☐ segurança.
- ☐ escolas.
- ☐ posto de saúde.
- ☐ lazer. Especificar: _____.
- ☐ outros. Especificar: _____.

13. Outros dados importantes: